

"ALBUM"

"ALENTEJANO"

Concelho
de
Nisa

COTA 0.3 Fondo Local
NÚCLEO GENERAL
REGISTO 385

BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE NISA



CONCELHO DE NISA



Portas da Vila
(Cliché ronseca Bastos)

Vila sede de concelho e de comarca, relação de Lisboa distrito de Portalegre.

Está situado em terreno plano entre as ribeiras de Nisa e de Figueiró, a 11 quilómetros da margem direita do distrito. A Vila tem duas fregue-

zias; Espírito Santo e N. Senhora da Graça. A Mesa da consciência e Ordens apresentava o vigário das duas freguesias tendo o da primeira 180 alqueires de trigo, 182 de centeio, 52 almudes de vinho mosto e 12\$00 reis em dinheiro; e o da segunda 120 alqueires de trigo, 120 de centeio, 52 almudes de vinho mosto e 12\$000 em dinheiro. A actual vila de Nisa não é a primeira povoação



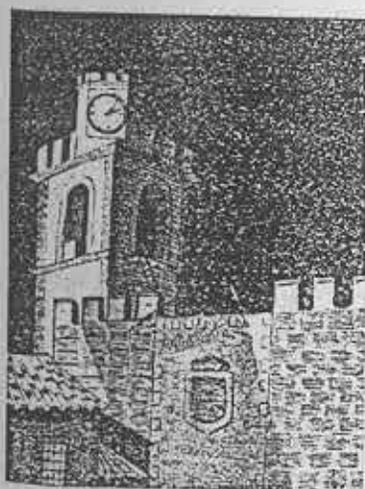
Tipo de Nisa

deste nome, mas desconhece-se a sua origem e, presume-se que tivesse outro nome, de que não há notícia alguma; parece povoação anterior ao principio do século VIII, pois já existia em 716, porque nesse ano foi completamente destruída pelos arabes. Também se pode acreditar que já existia no tempo dos romanos, porque em 1780 se encontra uma lapide com a seguinte inscrição, que traduzida quer dizer: *Máximo*



Fonte do Pina
(Cliché de M. Barreto)

talabricense (d'Aveiro) falecido no ano décimo segundo, que aqui está sepultado. A terra lhe seja leve. E' possível, porém, que os romanos a reedificassem e lhe impuzessem o nome



Torre do Relógio
(Desenho de M. Barreto)



Antas de S. Gens
(Cliché de M. Barreto)



Nisa — Vista parcial

de Nisa, que seria o de algum chefe monro, e que com as continuas guerras do tempo dos nossos primeiros monarcas, já contra os moiros, já contra os castelhanos e leoneses se tornasse a destruir. Esta povoação ficava a 3 quilómetros ao NE da actual, em terreno alpestre e acidentado, na encosta escarpada e dura de um pequeno monte, que se ergue sobranceiro às ásperas colinas que o circundam. A povoação era cercada de muralhas, vendo-se num alto um sombrio castelo com a sua corôa de ameias de granito. Segundo a tradição, foi esta vila arrasada por el rei D. Dinis, em castigo de ter tomado partido por seu irmão, o infante D. Afonso Sanches, quando em 1287 este lhe quiz disputar a corôa. Esta tradição não parece verosímil; há outra mais aceitável, que diz ter sido o referido infante quem a destruiu. Na velha Nisa existia em 1287 uma igreja ou ermida de S. Tiago, de que já nem há vestígios, e o infante D. Afonso Sanches foi bater à porta da igreja quando aqui passou em direcção ao rio Tejo, pretendendo tirar da vila, homens e mantimentos para a guerra civil contra seu irmão. Diz a história que o governador lhe opôz obstinada resistência, e como as muralhas de circunvalação não podiam oferecer séria defeza, se recolheu ao castelo com o povo da vila; mas no fim de oito dias de



Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres
(Cliché de M. Barreto)

assedio foi o castelo tomado de assalto, morrendo e ficando prisioneiros os seus defensores. A' vila, depois de saqueada mandou o infante lançar fogo, que a destruiu. El-rei D. Dinis em prêmio do valor e lealdade dos habitantes, mandou fundar uma nova vila em 1290, e cobecendo que a antiga estava mal situada escolheu o sítio onde se existe hoje, muito mais seguro e fértil que o primitivo. Da velha Nisa dizem que existiam ainda algumas ruínas, e duas igrejas, a de N. S.ª da Graça, ou de Niza-a-Velha, templo antiquíssimo, que foi matriz, fundada pelos templários, no princípio do século XII, passando depois a ser em benefício da Ordem de Cristo. Um pouco mais abaixo está a igreja de N. S.ª dos Prazeres, ou da Esperança também muito antiga, cuja fundação também se atribui aos templários que eram senhores de Niza-a-Velha e o foram da actual vila. Junto ao Castelo de Ferron, que era dos templários, havia uma extensa veiga chamada Vale do Azambujal. Também próximo a esta veiga se via a Torre de João Vaqueiro, uma das mais altas da Península, edificada pelos romanos no segundo século da era cristã, e perto desta torre um pequeno convento, onde viviam 4 monges da ordem de Santo Agostinho. Dinis achou este local muito bom para a fundação da nova vila, e mandou

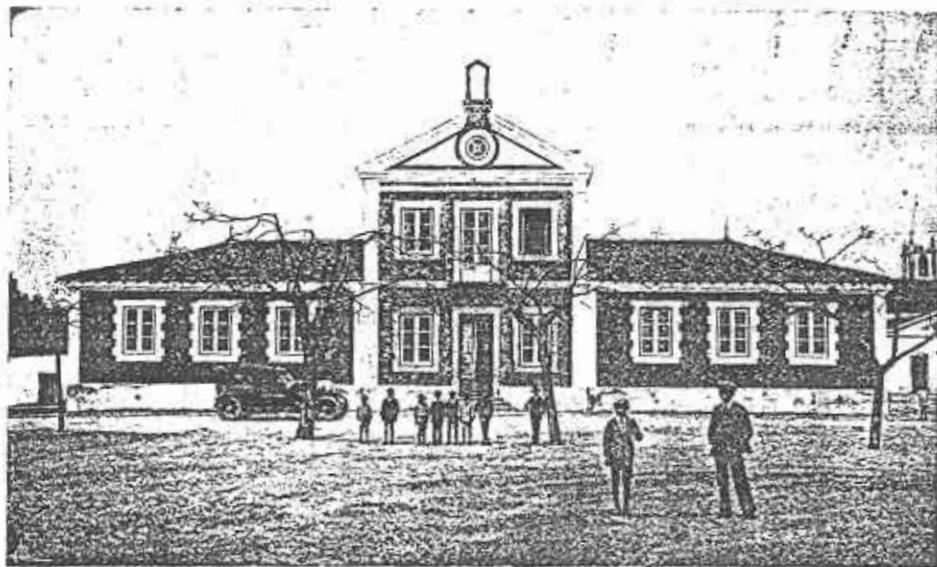


Nisa — Vista parcial

logo de principiar as obras. Era então mestre dos templários D. Fr. Lourenço Martins, que com os seus cavaleiros havia prestado grandes serviços ao rei no cerco de Portalegre.

D. Dinis o encarregou da direcção das construções, e tanta diligência e solicitude empregou que em pouco tempo a nova povoação excedia em tudo à antiga. Os materiais do antigo castelo da cidadela e das muralhas, e de alguns edificios da velha povoação, foram empregados na construção da nova. A camara também concorreu, recebendo para esse fim dinheiro do monarca. Em 1296, seis anos depois, estavam concluídas, ficando a igreja do castelo dos templários servindo de matriz. A nova vila foi edificada nas condições de praça de guerra, cercada de muralhas guarnecidas de torres e cubelos, e com 6 portas, e no centro um castelo torreado.

Tudo está hoje desmantelado. Não tardou em que o recinto da praça não pudesse conter a população da vila, que progredia extraordinariamente, e exorbitando do cinto de suas muralhas, saindo a *Porta da vila*, se foi estendendo progressivamente, a ponto de ocupar hoje uma área quatro vezes maior do que a primitiva povoação estabelecida intramuros. Não consta que a vila tivesse foral, quando el-rei D. Manuel lhe o concedeu em Lisboa, a 15 de Novembro de 1512. A alcaidaria de



Escola

Niza andou na casa dos condes de Santa Cruz, hoje extinta. Foi comenda dos templários até 1311, e sendo então suprimida esta ordem, passou em 1319 a ser comenda da Ordem de Cristo. O braço de armas da vila é o seguinte: Em campo de purpura, um castelo de ouro, com três torres no centro do escudo. Sobre a do meio uma cruz da ordem de Cristo, de prata. A direita do castelo o escudo das quinas portuguesas, e á esquerda a Lua em quarto crescente, de prata. Nos dois ângulos superiores do escudo uma estrela, de prata, em cada um.

Os arredores da vila são povoados de hortas, olivais e pomares, regados pela ribeira de Niza e de Fi-

gueiró, cujas margens são muito férteis e pitorescas. O seu território é abundante de cereais, azeite, frutas, linho e algum vinho. Nos montes há muita caça e grandes colmeias; cria muito gado, e as duas ribeiras fornecem bastante peixe.

Nisa tinha voto em côrtes, tendo assento no banco 7.º. Foi elevada a marquizado por D. João IV em 18 de Outubro de 1646, sendo o 1.º marquez de Nisa D. Vasco Luiz da Gama, 5.º conde da Vidigueira. Dentro e fóra da vila há várias ermidas. A vila tem Misericórdia e hospital, escolas para ambos os sexos, estação telegrafo-postal, com emissão e pagamento de vales de correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encomendas, médicos, farmácias, sociedades de recreio, cafés, teatro construído em 1858, etc.

O principal comércio do concelho é de cereais, cortiça, azeite, queijos, lã e gado suíno.

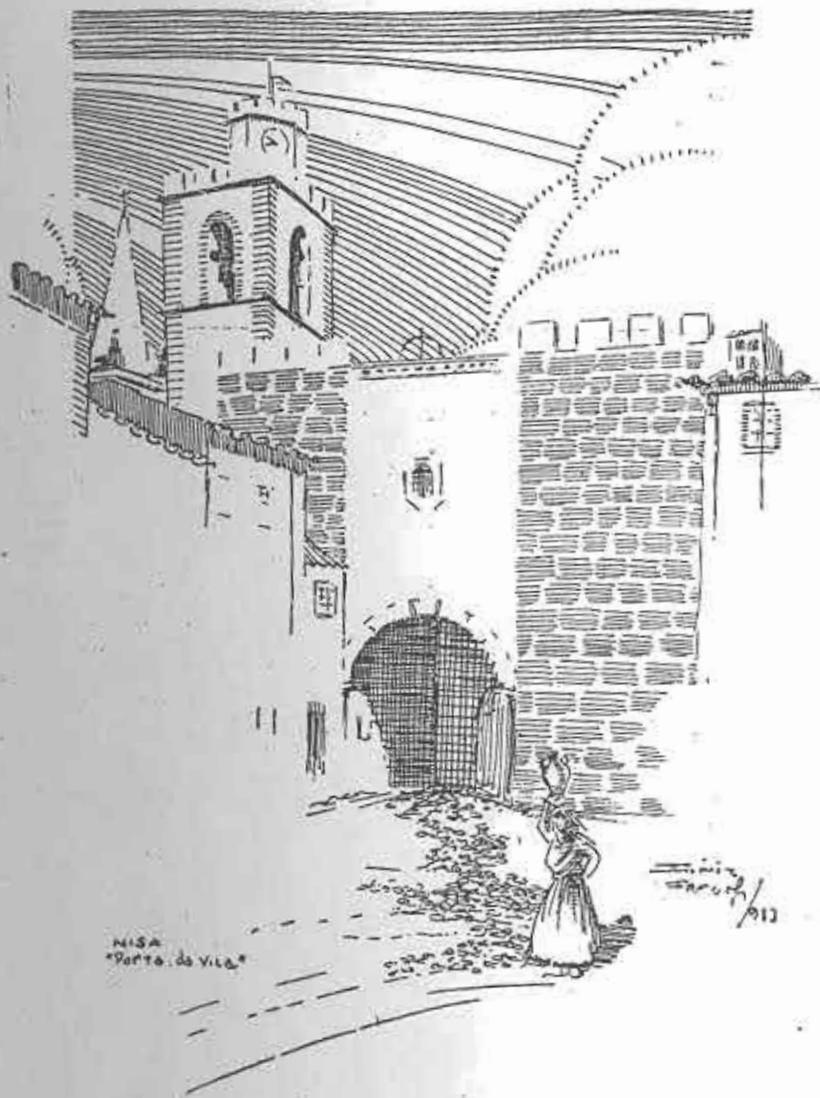
NOTA: Os elementos que acima ficam transcritos são extraídos do *Dicionário «Portugal»*, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. É a melhor publicação no género mas parece que na parte referente a Nisa tem alguns erros. A propósito diz-nos o ilustre Presidente da Camara Municipal, dr. José Basso: Assim em contrário do que se diz no *«Portugal»*, é certo que Nisa teve foral muito antes que o rei D. Manuel I lh'o tivesse dado em 15 de Novembro de 1512. E o velho foral de Nisa foi decerto, dos mais antigos, visto já existirem 1232, pois que é referido no foral do Crato dessa data.



O Calvário

NISA — Terra de côr e Vida...

Por Diniz Fragoso



NISA
"Porta da Vila"

para os lados do Tejo, onde a ondulação do solo abranda antes das ondas alteradas dos primeiros Contrafortes da Beira, estende-se uma povoação alegre de côr apenas re-



Crôquis
de tipos
Nisenses

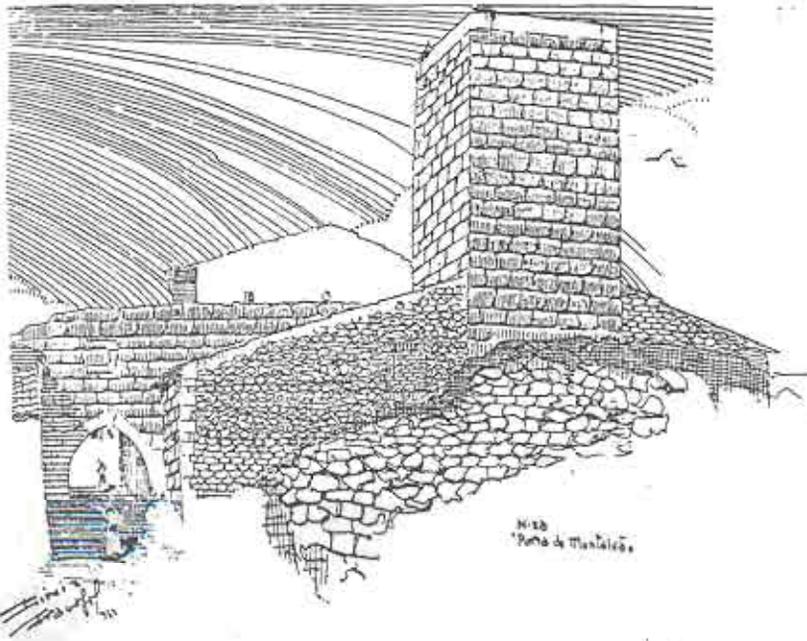
Subindo este nosso tapete multicolor de Portugal, o retalho do Alto Alentejo é a primeira pincelada de côr harmonica entre um tom indeciso e outro que fêre... É o primeiro sorriso depois da expressão grave de Baixo Alentejo.

Depois do descampado e da solidão extensa da planicie do Sul, o solo toma as primeiras ondulações, alcançam-se as serras e a vegetação surge. Oasis!... O olhar já não se alonga pela imensidão da terra sem

fim, embala-se, embala-se agora nas primeiras curvas de serras arborizadas e... nascem rosas!...

Marvão, no extremo do Alto Alentejo é a sua sentinela vigilante que descansa agora das lides de Antão. Ali, não obstante a altitude e o agreste da sua penedia, não fazem as aguias ninhos mas fizeram os homens doutros tempos um Castelo que é um ninho de aguias.

Seguida a prega de relevo depara-se-nos Castelo de Vide e, mais alem,



cortando no céu uma silhueta de torres.

É Nisa — a «Corte das Areias» — de curiosa tradição histórica que lhe vem desde D. Diniz e cuja biografia se encontra esplanada por Mota e Moura no seu livro «Memória histórica da notável vila de Nisa» e por Laranjo Coelho no livro «As ordens de cavalaria no Alto Alentejo. Para estes guias encaminho o leitor visto que nestas curtas linhas nada mais faço que lembrar uma terra simpática e curiosa.

E de facto a «Corte das Areias» é, para aquele que não sofra de anestesia estética, um feixe de boas impressões. Dá-lhe carácter a sua «Porta da Vila» do Século XIV, a «Fonte da Pipa» da Renascença a «porta de Montalvão» ainda do Século XIV e o resto das suas muralhas.

Todos estes monumentos, belos de colorido e forma, satisfazem qualquer exigente arqueólogo ou pintor de arte.

Nisa tem sobretudo um carácter muito pessoal: nos seus usos e costumes, na hospitalidade bizarra, no protocolo de casamentos — unico em Portugal — na fidalguia de acções e até em certo desafogo de valores pessoais que o ambiente meridional adormece um pouco...

Como digo, Nisa é sobretudo pessoal e a sua personalidade vinca-se bem, não só nos usos e costumes, mas também nas pequenas, mas curiosas, industrias nascentes: a da cerâmica que nos dá as cantarinhas pedradas tão apreciadas onde aparecem, e a das rendas e bordados em que algumas nisenses são artistas exímias.

O traje feminino é dos mais curiosos de Portugal quer pela originalidade, colorido, forma e até riqueza, quer pela vivacidade do modelo que o veste pois, na generalidade, a mulher de Nisa tornou-se um belo e inconfundível tipo do Alentejo.

De crescente progresso, sobretudo

com o desenvolvimento da Hidro Electrica ds Alto Alentejo, esta vila desperta para a Vida e transforma-se acentuadamente, num confortavel meio onde certa sociedade selecta lhe dá côr social intensa e simpática...

CENSO DA POPULAÇÃO

1 de Dezembro de 1930

Freguezias	Fogos	Varões	Fêmeas	Total
Alpalhão.....	775	1.352	1.404	2.756
Amieira e Vila Flor	465	795	803	1.598
Arez.....	253	405	448	848
Cacheiro.....	366	677	638	1.315
Montalvão.....	682	1.098	1.217	2.315
Niza-Espirito Santo	955	1.612	1.873	3.485
« Sr.ª da Graça	365	570	646	1.216
Pé da Serra.....	445	805	778	1.583
Talosa.....	434	809	857	1.666
	4.740	8.118	8.664	16.782



Dr. José Porto

Natural de Niza, e presentemente (1934) Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Fronteira.

Pelourinho de Nisa

Na Cruz Chaves, paladino dos Pelourinhos portugueses

Por Durões Correia

Os pseudo-liberais de 834, obsecados pelas ideias divulgadas e difundidas pelos homens da Revolução e hasteados com lábaro o grito de Desmou-lins — «A morte faz preservar todos os direitos...» — demoliam, como novos vândalos, tudo o que fizesse lembrar ou reviver o Passado, calcando com uma inconsciência de paranoicos os focos donde «ia irradiando por todos os pontos da superfície do reino, o lúcido esplendor da emancipação popular».

E os pelourinhos, imponentes no seu simbolismo, belos na sua fábrica arquitectónica, sagrados pela História, são derruídos — sob o signo da Liberdade — em cumprimento dum «salvará sygnedrio de boçais mas enfatuados labregos, que, por desgraça do respectivo município empunhavam, em certo triênio, as varas da Vereação» como «símbolo de ignominia e escravidão». E a canalha, ébria de vingança, sedenta de sangue, tripudiava sobre o que outrora fôra o «símbolo das liberdades municipais ouvindo-se, ao longe, o eco da gargalhada mefistofélica de Marat.

O pelourinho é o documento que atesta, em face do rei e dos privilegiados, a jurisdição municipal.

Nunca serviu como instrumento de morte: para a pena capital havia, para os plebeos, a fôrca e o cadafalso para

os nobres. A toponimica local chama tapada da fôrca ao lugar onde se levantava o sinistro instrumento.

As posturas municipais, algumas vezes, especificam as infracções que levavam ao patíbulo ou à morte.

O pelourinho de Niza consta de:

— Plataforma, quadrada, com três degraus de acesso;

— Base, prismática, quadrangular, emergindo do centro da plataforma, decorada com duas rosas em cada face;

— Fuste, tronco-piramidal, de base octogonal, liso;

— Capitel, tronco-cónico, invertido: na face voltada para os Paços do Conselho tem as quinas encimadas por uma corsa, na face oposta as armas da Vila de Niza, na face direita a seguinte inscrição: NOS POPULO DAMOS MDCCXCII e a face esquerda encontra-se mutilada;

— Remate: um cone onde pousa uma esfera armilar — presumível recordação da reforma do foral de Niza pelo Rei Venturoso, e termina superiormente por uma espada tendo o punho assente no polo da esfera armilar — símbolo da justiça, a punição do direito ofendido.

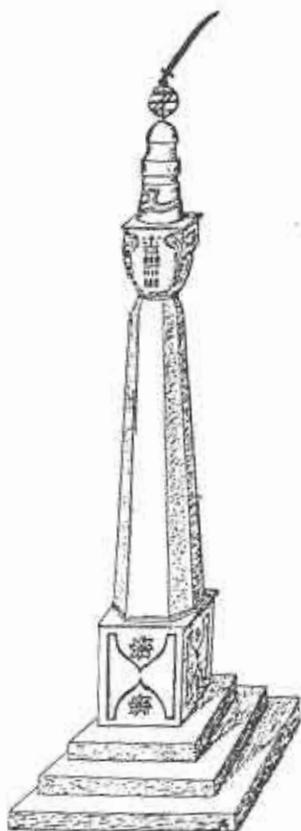
O monumento é todo em mármore, talvez proveniente de Estremoz, visto não existir na região.

A esfera e a espada são em ferro forjado. Tôdas estas peças se profanaram com destinos os mais variados.

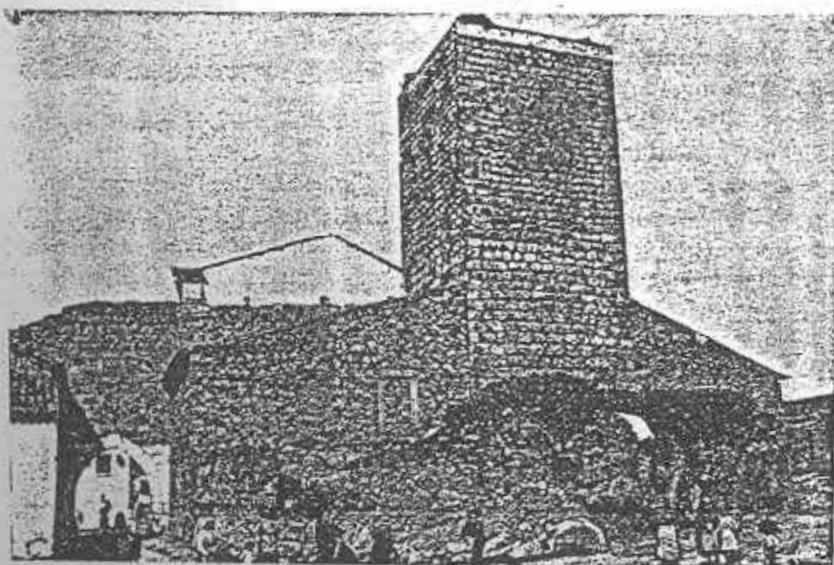
A elegância das suas linhas, a sobriedade da sua decoração, o ritmo das suas proporções fazem-nos lembrar, confrontando com os outros pelourinhos portugueses, — aqueles cones vulcânicos emergindo, de repente, numa planície absolutamente uniforme.

Ao Dr. José Basso, dignissimo Presidente do Município, de quem o Mestre José Leite dissera que «herdou o gosto da Arqueologia», o município, como um só homem, confia, crente, que o reerguer do nosso monumento será, desta vez um facto, uma realidade.

A Ressurreição Nacionalista que caracteriza a política da hora que passa, augura-nos, com ilacção, o reergir do nosso Pelourinho no sítio que de direito lhe pertence — em frente dos Paços do Concelho.



O Pelourinho



O Castelo

Olaria — Rendas — Bordados

Por Silvestre Figueiredo

licitada amavelmente a minha obração para o *Album Alentejano* repositório e cartaz dos encantos da nossa província, não pude esquive-me à magia que sobre o meu esboço sempre exerceram estas nos curiosas indústrias, providas do instinto artístico da nossa gente. Durante muito tempo, a sua fama teve restringida a uma pequena área não ultrapassando, senão muito lentamente as fronteiras dos concelhos limitrofes. Hoje mercê mais de

três mencionadas espécies de trabalho. Todo o lar nizense, sobretudo, impregnado do mais acendrado bairrismo, se orgulha de patentear, lá fóra, a garridice da nossa louça singular e o luxo do seu bragal, que, ainda o mais humilde, é exuberante de rendas e bordados do mais apurado gôsto.

E é assim que, principalmente, se faz a divulgação das três encantadoras artes nizeses — fazendo das nossas casas *vitrines* de réclame.

Por nada nos convenceremos que a nossa louça tão apreciada não alcançasse a mais insignificante distinção. Cabia, aqui, tão bem, a máxima do sapateiro de Braga, quanto é certo que dentro do nosso distrito, a nossa olaria é a mais bela e a única original.

Distingue-a a incrustação de pequenas pedras calcáreas, brancas de neve, formando curiosos desenhos.

Há quem queira prender estes à remota origem dos árabes. Eu vejo neles uma degeneração dos nossos afamados alinhavados, que mantêm inalterado o seu assunto, cópia da flora local e constituído por bolotas, espigas, cachos de uva e folhas de videira. Ainda não vai longe que eu tive a agradável impressão de os apreciar sob o aspecto que supponho primitivo, mais apurado e mais justificável.

Urge fazer voltar os ornatos à sua melhor e mais apropriada feição.

Se o nosso oleiro fugiu aos moldes apertados doutros tempos, produzindo, como testemunho da sua fácil adaptação, ânforas e mais vasos exquisitos, saberá compreender a utilidade da referida renovação que muito prestigiará o seu trabalho.

Das nossas rendas e bordados é pouco revelador do seu merecimento tudo o que aqui se escreva e, por isso, diremos como o nosso Camões, que mais vale apreciá-las do que julgá-las...

Verdadeiros mimos de arte, resultantes de uma apredisagem bastante longa, que antecede a de lêr, escrever e contar, e de uma paciência que com ela se irmana na grandeza, são dignos de figurar nos lares de mais requintado apuro, como nota de palpitante beleza e rivalizam com o que de mais esmerado se produza no género.

Pena é que a nossa Terra, de tendência artística tão pronunciada, não tenha a favorecê-la uma escola industrial, como é de inteira justiça e muito para desejar.

Então, sim; a-par doutras indústrias, em que são perfeitos os nossos artistas, ascenderiam, ovantes, no caminho da fama, as que servem de motivo a esta insignificante produção literária, pois que, pelo seu carácter sugestivo e íntima conexão, muito haviam de beneficiar de um impulso educativo.



Desenho do professor Manuel Barreto

circunstancias meramente fortuitas do que de uma propaganda inteligentemente orientada, os seus produtos inexcedíveis de graça e perfeição vão conquistando um vasto campo de mercado, irradiando por todo o País.

A facilidade de comunicações a situação privilegiada de Niza, como chave da Beira, o seu acentuado progresso e notoriedade para isso têm concorrido, devendo referir-se a influência exercida por todos os que, ao afastarem-se da nossa Terra, levam consigo, como belezas inalienáveis do seu lar, os atraentes frutos, férteis de imaginação estética das

Propaganda de grande monta, cuidadosamente organizada, ainda a não realizámos. Haja vista o desinteresse pelas exposições de Sevilha e Portalegre. Quando da primeira, é curioso frizar-se que a nossa louça foi exibida por intermédio de um aventureiro de Borba, com mira em fartos lucros, tanto mais que a não pagou.

Quanto à exposição de Portalegre mais triste é referi-la. Ou culpa de quem fez a representação, por uma escolha pouco cuidadosa dos trabalhos, ou deficiente apreciação do júri. Inclino-me para a segunda disjuntiva, para um lapso lamentável.

O progresso de Nisa e o bairrismo dos seus naturais

Por J. Figueiredo

Tornar o Alentejo mais querido daqueles que muito o amam é alguma coisa; impô-lo à curiosidade atônita dos indiferentes, é muito mais; mas fazer com que os seus detractores, malévolo ou ignorantes, se penitenciem duma crítica mordaz e irreflectida e venham alfin a reconhecer a injustiça das suas desprimorosas apreciações, isso é obra de maior vulto, porque exige, além de muita dedicação, um esforço lúcido e pertinaz, uma firmeza de vontade consciente e inabalável.

Tudo isto tem conseguido Pedro Muralha, o incansável peregrino que, desde as interminas planuras do extremo distrito de Beja ao acidentado relêvo da bacia do Tejo; tem deambulado por toda a nossa linda província, levando a toda a parte a dedicada sugestão do seu enraizado regionalismo, para que esse seu nobilíssimo sentimento floresça e frutifique no coração e na inteligência de todos os alentejanos.

Também a Niza se estendeu a sua acção e daqui deve ter levado, por certo, a convicção de que poderá haver terras transtaganas de maior progresso e de mais aparente e real civilização, mas em nenhuma o seu espírito subtil e experimentado poderá auscultar mais nobre e ingénito fervor de inflexibilidade bairrista.

Chega talvez a ser excessiva e desproporcionada esta modalidade psíquica, esta feição peculiar do carácter dos nizeses.

Amigos da sua terra até o exagêro, são como aqueles cegos de amor, que nada vêem além do sonho que os enleva. E, quando lhes falam nela e é um estranho a encarecê-la, parece que, no olhar de todos, baila um fluido de dulcíssimo encantamento, a alegria

incoercível que sentem os filhos quando dos pais alguém diz bem!

Mas também que tristeza, que opressão, que amargura, quando, sobre o torrão natal, cai, vexatório e vilipendioso, o escarnecimento duma afronta!

E por isso que a mim, nízorro até à medula, me confrangem e desgostam



Ermita de Santo António
(Desenho de M. Barreto)

tanto os pezares da terra-mã; mas é por isso também que, rejubilando sempre com tudo que possa dar-lhe lustre e renome, aproveito todas as oportunidades para exaltá-la.

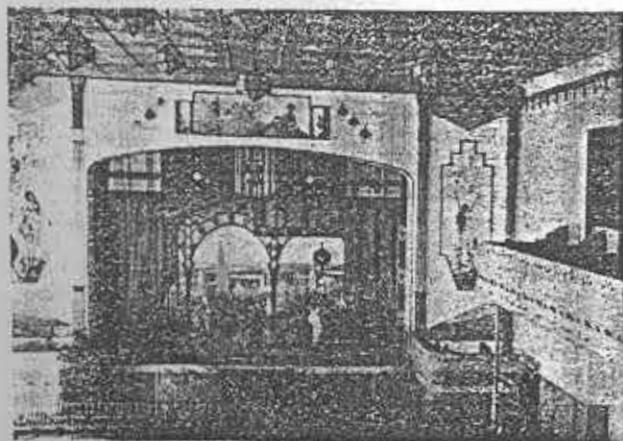
Solicitado a colaborar no *Album Alentejano*, de que Pedro Muralha quer fazer o livro de ouro do nosso dis-

trito, prometi uma pequena pedra para o magnifico monumento em que vão celebrar-se as vigorosas realidades e possibilidades regionais. E aqui estou a desobrigar-me com o maior aprazimento.

Nestes últimos anos, sobretudo de 1926 para cá, uma aura vitalizante de Progresso fêz de Niza uma terra bem diferente do que foi até então.

Talvez porque a sua situação geográfica a relegou para os altos confins do Alentejo, a dois passos da raia e tão longe do Terreiro do Paço, a célebre *Côrte das Areias* pouco beneficiara até àquela época da generosidade dos altos poderes do Estado. O que havia de melhor em Niza era devido à iniciativa particular, que sempre mais ou menos se fêz sentir. O Hospital da Misericórdia deve-se ao capitão Pais de Moraes, até hoje o maior benemérito local. Um outro nizense ilustre, o Dr. José Deniz da Graça Mota e Moura, legou-nos a escola que tem o seu nome, estabelecimento de ensino que, durante muitos anos, foi um dos melhores do distrito de Portalegre e que ainda hoje, depois das obras de adaptação a que a actual C. A. do Município mandou proceder, satisfaz completamente as exigências da população escolar.

Mas os briosos filhos desta terra, quando verdadeiramente se resolveu a querer, são inexcedíveis em dedicação e esforço. Ainda não há muito, tivemos dois exemplos frisantísimos de quanto é poderosa e eficiente a acção dos nossos conterrâneos quando se decidem a agir. A Praça de Touros e o Cine-Teatro, que, em menos de dois anos, arrancaram à economia dos nizeses mais de seiscentos contos, são a mais recente concretização do bairrismo dos meus patricios.



Cine Teatro — Fachada principal



Cine Teatro — Salão de espectáculo

Na verdade, todos os que contribuíram para tão belos melhoramentos ou são de Niza ou tão afeiçoados a ela como os seus naturais. Demonstrado ficou assim, com a realização de empreendimentos tão grandiosos, que Niza não é, como tendenciosamente se tem querido insinuar, aquele burgo pòdre, onde só medram os cogumelos da indiferença e da incúria, e que os nizeses são capazes, só por si, de iniciativas portentosas, de realizações gigantescas e assombrosas, inequivocamente reveladoras da sua vitalidade e do seu patriotismo.

Mas, se os melhoramentos citados se devem apenas à iniciativa particular, de justiça é registar-se que, nestes últimos anos, o Estado tem entornado largamente sôbre nós a cornucópia das suas liberalidades.

Graças a tão generoso concurso e às facilidades para a concessão de empréstimos na importância de seiscentos contos, e sobretudo devido ao impulso progressivo da Hidro-Eléctrica Alto-Alentejo, foi possível dotar-se a vila com uma esplêndida iluminação eléctrica, um jardim municipal, que foi pena não ter mais conveniente e apropriada localização, e marcos fontenários que resolveriam o problema do abastecimento de água potável, se neles tivéssemos a correr a abundantíssima nascente da Galiana.

Na gerência da Comissão Administrativa, presidida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr.



Tipos populares

José Frausto Basso, que por este concelho tem trabalhado incansavelmente, iniciaram-se e têm-se continuado, com grande afã, as obras indispensáveis para que Niza se torne um burgo civilizado e lindo, que seja o orgulho dos naturais e o encanto dos estranhos.

Para se avaliar quanto o concelho fica devendo à acção inteligente e eficaz da actual C. A., bastará dizer que todos os melhoramentos ultimamente levados a efeito e outros em projecto têm sido custeados, em grande parte, pelo regime de comparticipação do Estado, sem, pelo recurso a novos empréstimos, ser necessário agravar a precária situação financeira do Município. Só no corrente ano económico já foram concedidos subsídios no valor de cerca de 340 contos!

Concluíram-se assim as obras da nova cadeia comarcã; repararam-se as calçadas; as estradas e caminhos vicinaes, que estavam intransitáveis, foram sensivelmente melhorados; as necessidades de tôdas as freguesias são igualmente atendidas; foram criadas novas escolas e providas de material tôdas as outras; em suma, Niza progride e, quando fôr possível realizar todos os planos do ilustre nizenses que preside à C. A., a nossa terra, limpa, branca e com todos os confortos da civilização, será uma das mais lindas e encantadoras do Alto-Alentejo.



Tourada de gala pela ocasião da visita do sr. Presidente da República

AMIEIRA

Por Tude M. de Sousa

Situação. — A povoação de Amieira, do concelho de Niza, distrito de Portalegre, está situada na meia encosta de montes de pouca elevação, correndo-lhe ao norte, á distância de 2 a 3 quilómetros, o rio Tejo.

O termo da freguesia, alargado desde que em 1836 foi extinto o concelho de Vila Flor, que lhe fica a pouco mais de quilómetro e meio, e



Tude M. de Sousa

a povoação e seu termo incorporados na freguesia de Amieira, pode descrever-se assim: confronta pelo norte com os termos de Fratel, Envendos e Belver, dos quais é separado pelo Tejo; pelo sul com os termos de Tolosa e Comenda, sendo separado do primeiro pelo rio Sôr; pelo nascente com os das freguesias do Caxeiro e A rez e pelo poente com os de Gavião e Atalaia.

Dista de Niza, 17 quilómetros.

Notas Históricas. — Não podem determinar-se as mais remotas origens da povoação de Amieira, sendo, todavia, certo que por ali se teriam fixado em moradia algum ou alguns núcleos da vida pre-histórica, como é lícito supor-se pela tradição que ainda agora se mantêm nas designações dadas a lugares determinados (*Courela da Anta, Pedra Erguida*), onde, seguramente, existiram antas ou dolmens.

Depois, parece que Amieira existiria já nos tempos da conquista da Lusitânia pelos romanos, que por ali se teriam fixado em estadia demorada, por lá tendo andado também

com suas gentes Viriato, o insubmisso e valente pastor-guerreiro dos Herminios.

Mais tarde nos tempos de Sancho I, (1189-1211), data em que, possivelmente, Amieira foi incorporada nos domínios da Ordem do Hospital, ha noticia certa de que ella seria já povoação de marcada importância, visto que possuía alcaide (não confundir com alcaide, que, aliás, também veio a ter depois), juiz que julgava em primeira instância, o que só era dado a cidades ou povoações de certa categoria.

D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital, quando em 1341 o rei D. Afonso IV mandou que todos os senhores e donatários legitimassem quanto tinham na sua posse, declarou que Amieira pertencia á sua Ordem desde tão longe que a memória dos homens o não alcançava, devendo, porém, a sua maior importância vir da altura em que o mesmo D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, construiu o seu majestoso castello, onde muito viveu e onde morreu.

Foi também sede de concelho até 1836 em que elle foi extinto, passando a ser uma freguesia do concelho de Gavião, o que provocou graves incidentes de protesto por parte de Amieira, os quais, infelizmente, nunca tiveram eco nas estações superiores, até que em Setembro de 1895, extinto também o concelho de Gavião, mais tarde restaurado, Amieira foi incorporada no concelho de Niza, onde ainda está e onde é de esperar que para sempre continue.

Tem misericórdia, que é das mais antigas do país, e tem hospital, também de velha data.

Amieira foi sede de uma alcaidaria-mór formada por duas companhias, comandadas, além do capitão-mór, por um sargento-mór e dois capitães de ordenanças, com dois alferes, um ajudante e os sargentos e cabos correspondentes.

O Castello. — Não deve haver dúvidas de que o castello de Amieira foi construído por D. Alvaro Gonçalves Pereira, provavelmente no reinado de D. Pedro I, ou pouco antes, visto haver documento de 1358 em que este monarca lhe recomendava urgência no acabamento das cavas e barbacas, ou fossos e mais baixos muros para sua defeza em roda, nos castelos e mais obras do Crato e de

Amieira, tão necessários para o serviço de Deus e da Corôa, ou d'El-Rei e para o defendimento ali de suas terras.

Das torres do castello se estende a vista num horisonte largo pela Beira dentro, o que o tornava um belo posto de observação e de estratégia.

Nele passava temporadas o seu fundador, ali tendo estado também Iria Gonçalves, mãe do Condestável, natural sendo que este e alguns de seus irmãos ali estivessem e se demorassem algumas vezes, independentemente da ocasião da morte de seu pai, ali ocorrida em 1382 ou 83 e em que se juntaram no castello de Amieira os seus desóito filhos então sobreviventes, que acompanharam o cadáver para Flor da Rosa, onde foi a enterrar.

Poucos tempos passados sobre a morte de D. Fernando, quando das lutas contra a rainha Leonor Teles, e contra Castela, cujo rei era casado com a filha dos reis de Portugal, dividido o país em dois campos — o do mestre de Aviz e o de D. Leonor — o castello de Amieira foi um dos que em princípios de Janeiro de 1334 se bandearam pela rainha viuva e por Castela, o que não é de admirar, visto que com Castela estava o Prior Pedr'Alvares com os seus irmãos Diogo e Fernando, e Amieira pertencia ao priorado. Mas isto durou pouco tempo, porque Amieira, depois da batalha dos Atoleiros, em 6 de



Amieira Calvario

Abril de 1384, se apressou a levantar voz por Portugal, enviando já um seu representante ás cortes de Coimbra em que o mestre de Aviz foi proclamado Senhor e Rei de Portugal.

Mais tarde, quando o país se manifestou em que a tutoria de D. Afonso V e a regência do reino durante a sua menoridade fossem dadas ao infante D. Pedro e não á rainha viúva, como D. Duarte estipulára em testamento, o castelo de Amieira, mais uma vez acompanhando o Prior do Hospital de quem dependia, seguiu o partido da rainha, o que deu em resultado ser mandado cercar e tomar por D. Alvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, o que, efectivamente, succedeu em fins de 1440, depois da tomada de Belver, também priorado, por D. Lopo d'Almeida.

Tomado já então o Crato e retirando-se para Abrantes, entregou o infante o priorado a D. Henrique de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, que recebeu os castelos do Crato, de Amieira e da Flor da Rosa das mãos, respectivamente, de D. Alvaro de Castro, Pedro Rodrigues de Castro e Martim d'Oliveira.

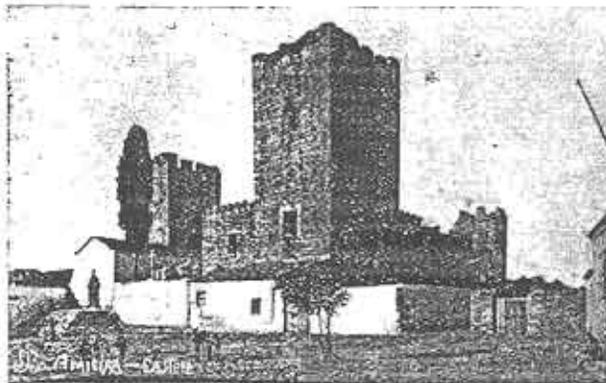
Em 1515 ainda o castelo de Amieira merecia as melhores atenções, tendo D. Manuel nomeado a Vasco Anes, escrivão da Câmara de Amieira, vedor das obras da fortaleza da vila, com o mantimento de vinte reis por dia, pelo tempo que as obras durassem, ocupando, pelo menos, quatro officiaes e em 1584 reivindicava para si, o rei Filipe I os direitos de provimento da alcaidaria-mór, anulando a nomeação que o Prior do Crato, D. Diogo de Sousa, fizera de um sobrinho para aquele cargo, pois tais provimentos não deveriam ser feitos por outrem que não o monarca, a quem os castelos deviam prestar homenagem.

É provável que o castelo continuasse ainda por vários tempos a merecer alguns cuidados; porén, em 1747, na pequena parte que chegou a ser impressa do Dicionário Geográfico, do Padre Luiz Cardoso se dizia já que o castelo tinha muitas casas em que não havia muito se habitava, mas que na ocasião se encontravam já demolidas e abandonadas. Mais completa ainda, a informação do pároco de 1758 arquivada

na Torre do Tombo diz que as quatro torres não tinham já sobrados nem telhados, estando arruinada a sala principal entre as duas primeiras torres, sala de que ha muito não ha, sequer, vestígios.

Era o avanço para o abandono completo, para as delapidações e para a destruição integral se não surgisse em boa hora a necessidade de instituir dentro dos seus muros o cemitério da vila, quando foram prohibidos os enterramentos nos adros e no interior das igrejas.

O castelo, que tem quatro torres quadradas, todas de alturas diferentes e diferentes larguras nos seus lados, está situado á face do poente de um dos maiores lados de uma grande praça rectangular, sendo as torres ligadas entre si por fortes mu-



Castelo da Amieira

ralbas ameizadas e adarves, que formam a certa altura uma larga passagem de serventia de umas para outras, para a qual se sobe por duas escadas do pátio interior, encostadas ás suas faces de norte e de sul.

A torre de Menagem, a mais alta e a mais elegante de todas, ao lado norte da Praça, tem de altura uns 22 a 25 metros, medindo interiormente, de canto a canto, 6^m.20 por cada lado. Além do rés do chão, tinha três pavimentos, cada um iluminado por frestas e janelas de diversa configuração e dimensões, entre elas se contando uma admirável janela ogival virada ao lado da Praça.

Em nenhuma das torres existe já qualquer pavimento nem têm cobertura, apenas se vendo ainda firme a um canto e pouco acima da altura do último pavimento da torre de Menagem, fechando o ângulo, parte da lareira e a verga e o pano da chaminé.

Apesar de tudo, o castelo é ainda

de uma imponente magestade, o que lhe valeu ser considerado em 1922 como monumento nacional e em 1923 como monumento militar.

Dali para cá têm sido vários os reparos para a sua conservação, realizados por pequenos subsidios do Estado e pela muita devoção que os naturais de Amieira têm por aquele velho padrão da sua história, reparos continuados ainda e que de esperar é que não esmoreçam nunca.

Agricultura — Comércio — Indústria. — A agricultura em Amieira confinou-se desde séculos no atraso, aliás peculiar de todo o Alentejo, onde a charneca predominava. A criação de gados seria, porventura, a principal fonte de receitas na sua primitiva exploração da terra, associada á oliveira, sem dúvida a mais velha e a mais estimável árvore local, e também a vinha de que já se encontram notícias dos princípios do século XVII.

Mas, no tempo presente e depois da lei protectora da cultura do trigo, de 1899, e depois que o emprégo de adubos químicos se generalisou, foram as charnecas, na maioria de sub-solo argiloso, que predominavam para sul, indo até aos termos de Tolosa e de Gafete, já nas areias, em grande parte arroteadas e metidas á

cultura cerealífera e outras, por forma que Amieira colhe já, na verdade, bastante trigo e outros cereais e legumes, tendo aumentado as pastagens e os gados, de que o gado suíno occupa importante lugar pelo resalvamento de chaparrais novos e ampliação de outros montados já velhos.

De fórma que pode, em resumo, dizer-se que as principais riquezas agrícolas da freguesia de Amieira são constituídas pelas produções de oliveis, montados e vinhas; pelas culturas de trigo, centeio, milho e feijão e pelas hortas dos arredores, notando-se pronunciada tendência para a criação de árvores de fruto.

Quanto a cultura propriamente florestal, ha bastantes pinhais, sempre em aumento, tendo-se alargado muito, de ha anos, para cá, as plantações de eucaliptos, principalmente da variedade *globulus*, e outras espécies silvícolas.

Em resumo: a charneca, que ainda ha uns 25 anos não dava na sua maior parte senão uma pastagem



miserável para cabras, está completamente cultivada, por forma a que a terra de Amieira conta já em muito, pela inteligente actividade dos seus naturais, nas produções da região.

Na parte comercial pode dizer-se que Amieira desempenha um papel de relativa importância regional, tanto no movimento a que obriga a população que dela se abastece, como, principalmente, pelo movimento de exportação dos seus produtos que já são de um valor muito elevado.

De facto o excedente que exporta de cereais, de azeites, de vinhos e de outros produtos e a venda das suas cortiças, das suas lãs e dos seus gados, marcam uma actividade de transacções e uma criação de riqueza muito de apreciar.

Quanto a indústrias, a mais antiga indústria existente em Amieira, embora se conserve ainda sob uma forma antiquada, é talvez a da cerâmica. Efectivamente, prestando-se admiravelmente as argilas de Amieira a serem trabalhadas, com elas se tem feito desde tempos que a memória não alcança louças de uso doméstico (caçarolas, panelas, cantaros, asados, alguidares, etc.); talhas para vinho, algumas de grande capacidade, e para azeite; salgadeiras; banhos para alambiques; ladrilhos, manilhas, alcatrozes, etc., sobrelevando ainda a tudo o fabrico de telha mourisca, de que Amieira abastece quasi todos os arredores.

Ha anos fundou-se tambem uma pequena industria de trabalho manual para a fabricação de telha de tipo marsehez, que chegou a ter produção muito regular e procurada.

Ha ainda a industria de extração de azeite pelos modernos processos mecanicos, ocupando um importante lugar com os seus dois lagares, que, alem de trabalharem a azeitona dos seus associados e da terra, se alargam na compra de azeitona de fora.

É afamado o azeite de Amieira.

Tambem a industria dos lanificios tem tradições em Amieira, embora já nada nela se fabrique.

Nos meados do século XVIII ainda se encontram muitas referencias a cardadores, tintureiros, e tecelões em Amieira, fabricando-se lãzinhas, sirguilhas, bureis, talvez saragoças.

Já em nossos dias ouve uma tentativa, em 1897, para o resurgimento de tecelagens, montando-se na vila uma fabrica que chegou a ter mais

de vinte teares e outra de cardação e fição na ribeira de Alferrereira.

Outras vieram depois, mas só de tecelagem, onde se fabricavam castelãs, lusitanas, chaes e cintas, mas todas tiveram pouca duração.

A Arte, a Antiguidade e a Arquitectura em Amieira — Não é fértil em manifestações de arte a freguezia de Amieira, que tem como objecto de maior valia a custodia da sua igreja paroquial, belo exemplar de prata dourada em estilo manuelino, com elementos architectonicos ogivais, notando-se já nos baixos relevos da base indícios do Renascimento.

É tambem digno de apreço o rosario de prata de Nossa Senhora do Rosario, a que faltam já algumas contas, e a talha do altar-mór da igreja paroquial, não devendo esquecer-se a campainha da Misericordia, datada da Holanda, de 1550 e um exemplar do Compromisso da Misericordia de Lisboa, da edição de 1619, por onde se regia a Misericordia de Amieira, de que raros exemplares existem, não o havendo, mesmo, na colecção da Misericordia de Lisboa.

Quanto a monumentos de ordem militar, civil ou religiosa, aparte o castelo, que tem marcado o lugar de relevo que merece, é digna de menção a ampla capela do Calvário, construida em granito por donativo do sargento mór que foi de Amieira, Pedro Vaz Caldeira, fallecido em 1728 e que para esse fim deixou a maior parte dos seus bens.

População — Não é possível assinalar-se a marcha evolutiva da população de Amieira para além do enrolamento dos moradores das cidades e vilas do reino mandado fazer em 1532 por D João III e no qual a Amieira eram attribuidos 222 moradores, dos quais eram 35 viúvas, 11 mulheres solteiras e 14 clérigos, havendo mais 10 moradores no seu termo, ou seja um total de 232.

Mais tarde, em 1621, num codice do architecto do Priorado do Crato, Pedro Nunes Tinoco, são dados a Amieira 350 moradores, numero este que em 1734 Fr. Lucas de Santa Catarina computava em 700 e que a informação paroquial de 1759 existente na Torre do Tombo fixava já em 887 para 250 fogos.

Em 1855, vê-se pelo rol de confessados haver 1095 habitantes em 275 fogos, elevando-se no recenseamento de 1930 o numero de fogos para 465 e o de habitantes para 1706 — 810 varões e 896 femeas — mas aqui in-

cluida já a antiga freguezia de Vila Flor.

Segundo o estado civil e pelo recenseamento de 1920 havia na freguezia de Amieira 821 solteiros (408 varões e 413 femeas); 655 casados (323 varões e 332 femeas); 2 varões separados judicialmente e 115 viúvos (26 varões e 89 femeas), sendo assim distribuidos os 1593 moradores segundo a instrução: analfabetos 1252 (536 varões e 716 femeas); sabiam ler, 341 (223 varões e 118 femeas).

Segundo a longevidade, havia em 1911 em Amieira 10 pessoas de 80 a 85 anos (8 varões e 2 femeas) e 3 de 85 a 90 anos (2 varões e 1 femea).

Vias de Comunicação — Amieira que viveu por muitos anos acantonada dentro do pequeno perimetro do povoado, e com as poucas relações que lhe permitiam os seus maus caminhos, viu aumentar consideravelmente as suas ligações exteriores depois que em 1891 foi aberto à exploração o caminho de ferro da Beira Baixs, que lhe passa em frente, na margem direita do Tejo, onde tem a sua estação de BARCA D' AMIEIRA.

O caminho da vila ao rio, que era difficil e cheio de escabrosidades, foi ha bastantes anos feito pelo Governo em estrada que se tem mantido e ainda está em regular conservação e para o trajecto entre as duas margens construíram-se depois de 1915 dois pequenos cais que pena é terem sido tão mesquinhamente dotados e construidos.

A travessia do Tejo faz-se com segurança por meio de barcas, não havendo memoria de ter ali ocorrido algum desastre em qualquer tempo, o que a tradição attribui a milagre por ter passado pelo porto do Tejo em Amieira o cadaver da Rainha Santa Izabel, quando em 1336 foi de Estremoz a enterrar em Coimbra.

Alem da estrada do Tejo, ha três quilometros de estrada municipal na saída de Amieira para Niza mas, infelizmente, tão pouco carinhoso o municipio tem sido por vezes com uma das suas mais importantes povoações, que esse pequeno trecho de estrada se acha num estado deploravel e tão arruinado que já não merece aquele nome. E os outros quatorze quilometros de caminho para a sede do concelho, quasi todos sobre terreno de charneca, faltos de conservação e arranjos, completam o martirio de quem por qualquer forma tiver de se deslocar de Amieira para Niza e vice-versa.

A VILA DE ALPALHÃO

(Antiga Fraxinum)

Sua história e sua importância

Pelo Dr. Joaquim Dias Loução

Juíz de Direito

No tempo em que os romanos dominaram na Península hispânica, uma das três estradas que ligavam Lisboa à cidade de Mérida, então capital da Lusitânia, passava pela estação de Fraxinum que, segundo o *Itinerário de Antonino*, distava trinta e duas milhas da estação anterior, que era Tubucci. Fraxinum ficava no sítio onde hoje está a vila de Alpalhão. Houve quem tivesse dúvidas sobre se a antiga Fraxinum seria Alpalhão ou Gavião. Mas desde que Tubucci ficava onde está a actual cidade de Abrantes, conforme a opinião dos mais autorizados antiquários, e sabido que a cada quatro milhas equivale uma légua, Fraxinum não podia ser Gavião que dista de Abrantes apenas quatro léguas, ou sejam dezasseis milhas, mas sim Alpalhão que se acha aproximadamente a oito léguas de Abrantes, e, portanto, à distância das trinta e duas milhas marcadas naquele Itinerário.

O primitivo foral

No *Portugalise Monumenta Historica* encontra-se o foral de Fresno, Freyxeno ou Frexeno, pois no mesmo veem-se todas estas variantes que são, manifestamente, corrupção de Fraxinum. Trata-se dum foral datado de 1160, concedido por D. Afonso Henriques (*Ego Rex A. regi portugalensis*, reza o texto) e que foi confirmado em 1286 por D. Afonso III, rei de Portugal e conde de Bolonha (*a dei gratia Rex. Port. et Comes Bolon.*, diz o texto).

Um dos limites do termo de Fresno era o castelo de Ferron (*castellum qui dicitur ferronium*), que era o que os Templários possuíam no sítio onde está hoje a vila de Nisa.

Esse foral era ao mesmo tempo carta constitutiva de concelho e carta de povoação, pois concedia certas garantias aos que de outras terras viessem para Fresno, isto com manifesto propósito de atrair gente e aumentar a povoação que, como do foral consta, ficava na fronteira, isto é, na linha que dividia os terrenos cristãos dos ocupados ainda por mouros, lugar portanto sujeito aos perigos das frequentes lutas travadas entre cristãos e agarenos.

O foral era do tipo do de Salamanca, tratando-se por isso dum concelho perfeito da *segunda fórmula*, consoante a classificação de Herculano, pois a par dos *alcaldes* que eram juízes eleitos pelo povo, tinha o *judex*, representante civil



Dr. Joaquim Dias Loução

do poder central, de carácter jurisdiccional, e o *senior*, representante militar do rei, sucedendo ainda que no foral se faz distinção entre *cavaleiros* e *peões*, uma das características dos concelhos perfeitos.

O mosteiro dos Templários

Nos fins do século XII já existia junto da povoação de Fresno um mosteiro ou preceptório dos Templários, o *mosteiro de Alpalhão* ao qual se refere um documento de 1198, a doação da herdade da Açafa (Rodão), feita por D. Sancho I à ordem do Templo (Herculano, *História de Portugal*, edição de 1915, tomo 3.º pág. 341). Este mosteiro ou preceptório era, como todos os mos-

teiros dos Templários, monges-soldados em constante guerra com os mouros, uma espécie de quartel ou posto militar (Confr. Pinho Leal, in *Portugal antigo e moderno*, vol. 6.º, pág. 9, onde, na notícia referente a Nabância, diz: «era o quartel ou mosteiro dos Templários...»). E compreende-se que os cavaleiros do Templo, já senhores dos castelos de Ferron e Vila Velha do Rodão, tivessem estabelecido em Fresno, lugar fronteiriço, esse mosteiro ou quartel, não só como guarda avançada da sua acção militar e atalaja para para melhor defesa daqueles seus castelos, mas ainda porque o lugar tinha para eles importância estratégica, visto que por ali passava a velha estrada romana que conduzia a Abrantes e cujo domínio e vigilância convinha aos Templários assegurar para mais facilmente defenderem a navegação do Tejo que era uma das preocupações da Ordem.

Fundado o mosteiro ou quartel, compreende-se também que naqueles tempos de guerra permanente e dada a importância da Ordem, êle se tornasse o centro em torno do qual girava a vida da população e o ponto de referência porque o lugar de Fresno passaria a ser mais conhecido, e assim se explica que, com o andar dos tempos, o nome de Alpalhão, dado ao mosteiro, se estendesse também à povoação, mórmente depois que esta foi doada aos Templários. O certo é que a povoação figura já com o nome de Alpalhão numa concordata feita em 1295 entre o bispo da Guarda e os comendadores dos Templários, D. João Fernandes e D. Gonçalo Gonçalves, sobre os direitos episcopais, concordata essa que também mostra pertencer já então a vila à ordem do Templo e, sob o ponto de visto eclesiástico, à diocese da Guarda. Tal concordata consta da *História da Ordem de Cristo*, de Fr. Bernardo da Costa, a pág. 287.

O nome de Alpalhão dado ao referido mosteiro (*monasterium Alpalantri*, lê-se na citada doação da Açafa), provém talvez do nome do seu fundador ou dalgum cavaleiro que nele superintendesse, idênticamente ao que se deve ter também passado com o nome do Castelo de Ferron.

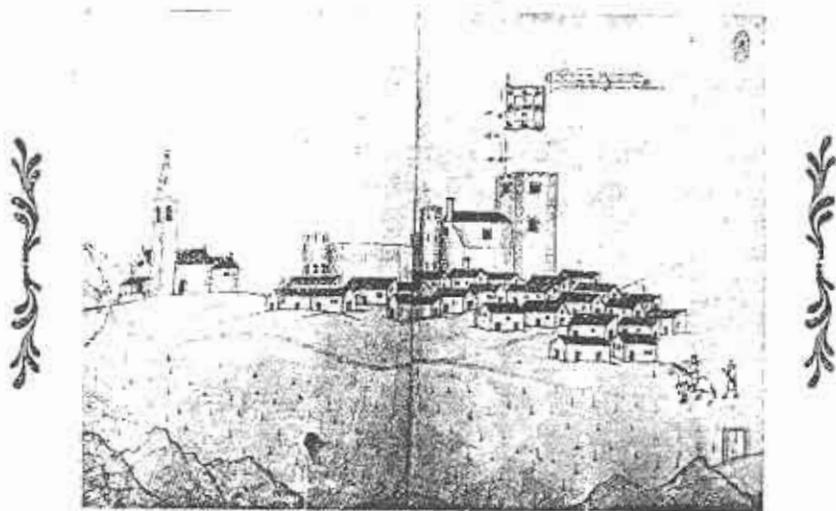
É de presumir que esse mosteiro ou quartel se erguesse no local onde mais tarde (em 1300, segundo Pinho Leal), o rei D. Deniz mandou construir o castelo de Alpalhão, aproveitando assim algumas instalações daquele.

O castelo e as muralhas

Muito preocupado com a defesa do país, o rei lavrador construiu por todo o reino numerosas fortalezas, e reforçou ou reedificou muitas das já anteriormente existentes, compreendendo-se assim que transformasse em Castelo o quartel ou posto militar que era aquele mosteiro dos Templários. Num códice



Alpalhão — Vista Geral



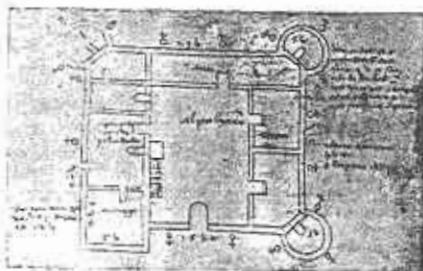
Alpalhão — Gravura do século XVI. Tirada natural da banda do sudoeste. O alcaide e o comendador Fernão da Silva.

quincentista existente na Torre do Tombo, o *Livro das Fortalezas* que são situadas no extremo de Portugal e Castela, trabalho de Duarte d'Armas, feito por ordem do rei D. Manuel I, encontram-se a planta e dois desenhos à pena com as perspectivas do castelo de Alpalhão, tirada uma da banda do sudoeste e a outra do nordeste. Dessa planta e perspectivas obtivemos, colhidas do original, as fotografias que acompanham este nosso trabalho. De tais desenhos se vê que no tempo do rei venturoso, a fortaleza de Alpalhão se encontrava em bom estado de conservação. Isto mesmo é confirmado pelo que se lê no *Cadastro da população do reino* (actas das comarcas de entre Tejo e Odiana e da Beira), mandado organizar por D. João III em 1527 e publicado em 1931 por Magalhães Colaço, — no qual se diz, com referência a Alpalhão, que «tem um bom castelo e dentro bom aposentamento». A fortaleza era de forma rectangular, quasi quadrada, tendo no ângulo de sudoeste a torre de menagem, também rectangular, com dōze varas de altura e três andares ou pavimentos. Em cada um dos três restantes ângulos tinha um cubelo, de forma circular, abobadado, com a altura de oito varas. A espessura dos muros laterais era de uma vara e um pé, sendo a sua altura de cinco varas. A torre de menagem comunicava com os aposentos sobradados destinados à residência do alcaide. Nessa torre, nos cubelos e em volta dos muros havia um grande número de *troneiras* ou bombardeiros, que eram aberturas por onde, nos horas da luta, se disparavam os tiros da artilharia. Em volta da fortaleza acumulava-se, pelo nascente, sul e poente, o casario da povoação, e ao norte erguia-se a igreja de estilo românico que já nesse tempo se encontrava onde está a actual matriz.

D. João IV mandou guarnecer a vila de muralhas que ficaram concluídas em 1660 (data indicada por Pinho Leal) e, portanto, já no reinado de D. Afonso VI, visto aquele ter falecido em 1656.

Tanto as muralhas como o castelo foram destruídos, existindo hoje ainda algumas ruínas. Tal destruição, senão to-

tal, pelo menos na sua maior parte, deve ter ocorrido em Junho de 1704, quando, durante a *Guerra da Sucessão*, o exército franco-espanhol, comandado



Planta de Fortaleza, sua forma, altura, largura, barreira etc. Século XVI

pelo Duque de Berwick, e acompanhado pelo próprio Filipe V de Espanha, saindo de Castelo Branco em direcção a Portalegre, passou por Alpalhão, procedendo o exército invasor em relação a esta vi-

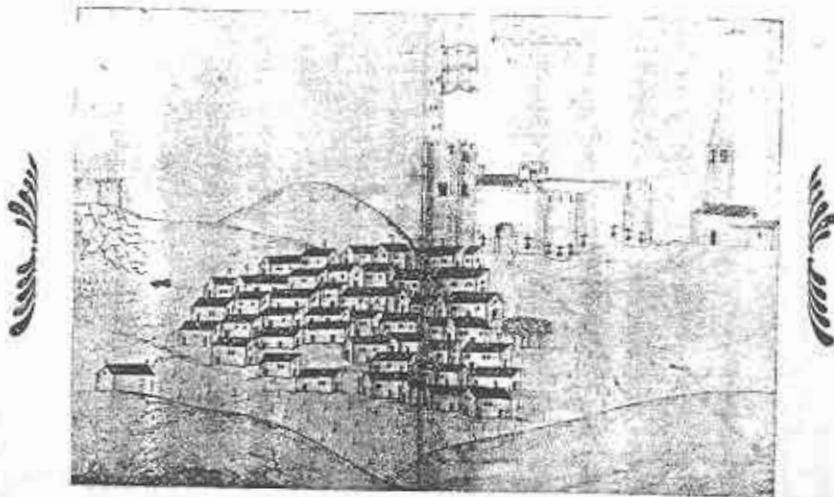
la da mesma forma como procedeu para com a vila de Nisa onde destruiu, segundo refere o Dr. Mota e Moura, na sua *Memória Histórica*, algumas torres do castelo e parte das muralhas, queimando ainda quasi totalmente o cartório da Câmara, — tanto mais que Alpalhão não podia deixar de ser ocupada militarmente (tal como sucedeu a Nisa, onde parte das tropas se demorou uns quinze dias), já porque era também vila fortificada, já porque ficava a quatro léguas de Portalegre que capitulou a 9 de Junho, e a três de Castelo de Vide que se rendeu a 25 do mesmo mês, e onde as tropas inimigas, com o próprio Filipe V, permaneceram dezoito dias, como refere César Videira na *Memória Histórica* desta vila.

O Alcaide-Mór Fernão da Silva

«Nas povoações acasteladas — diz P. Merêa, in *História de Portugal*, edição monumental, comemorativa do 8.º centenario da fundação da nacionalidade, — volume 2.º pág. 495 — havia um alcaide-mór (pretor nos documentos em latim) investido, não só de atribuições militares, mas ainda de funções administrativas e judiciais, no exercicio das quais colaborava com as autoridades propriamente municipais». E, como diz ainda o mesmo autor, «nas povoações das ordens militares quem fazia as vezes de alcaide era um comendador».

Tinha, portanto, Alpalhão o seu alcaide-mór que era também comendador da Ordem de Cristo, visto que, extinta a Ordem do Templo pelo Papa Clemente V em 1312, e instituída em Portugal em substituição dela no ano de 1319, pelo Papa João XXII, a instâncias do rei D. Denis, a ordem de Cristo para a qual passaram os bens dos templários, ficou a vila de Alpalhão de que estes haviam sido donatários, pertencendo ao Mestrado da nova Ordem.

Pelo Regimento da guerra de D. Afonso V, ordenava-se que os alcaides fossem fidalgos pela linha paterna e materna, e impunha-se-lhes a obrigação de residirem no seu castelo, competindo-lhes defendê-lo e tê-lo, conseqüentemente, sempre provido de gente, armas, munições e viveres.



Banda do nordeste — gravura do século XVI do Livro das fortalezas de Duarte de Armas



D. Prior de Guimarães, natural de Alpalhão

Em tempo de D. Manoel I, já quando o mestrado da Ordem de Cristo havia sido incorporado na Corôa, sendo por isso El-rei o Mestre da Ordem, era alcaide-mór e Comendador de Alpalhão Fernão da Silva, como consta do referido *Livro das Fortalezas*, nos dizeres que se lêem na gravura que representa a perspectiva do castelo de Alpalhão tirada de sudoeste, tendo aquele sucedido a seu pai, António da Silva que foi também comendador desta vila.

Fernão da Silva que foi também capitão da Torre de Belém, como refere Barbosa Machado in *Bibl. Lusit.*, tomo 1.º, pág. 669, 1.ª edição, casou com D. Beatriz de Vilhena, senhora de alta estirpe, de quem teve uma filha, D. Maria de Vilhena, a qual casou com o primeiro Conde de Miranda do Corvo, Henrique de Sousa, que foi governador da Relação do Porto, Conselheiro de Estado, senhor de Pudentes, de Vouga e outras terras, alcaide-mór de Arronches, comendador de Alvalade, e que, por esse casamento, sucedeu a Fernão da Silva como alcaide-mór e comendador de Alpalhão, ficando desde então esta alcaidaria e comenda na casa dos Condes de Miranda do Corvo que mais tarde foram também marqueses de Arronches, e depois, duques de Lafões.

Foi Fernão da Silva um esforçado e valente Cavaleiro que militou na Índia, onde praticou actos de verdadeiro patriotismo que a História regista, e cobrem seu nome de glória. Segundo narra Diogo do Couto na sua *Década 5.ª da Asia*, onde se historicam os feitos dos portugueses na Índia desde 1536 a 1546, livro 8.º, capítulo 3.º, tendo Bramelucio invadido as terras de Baçaim que ao governador Nuno da Cunha tinham sido cedidas pelo sultão Badur. Rui Lourenço de Távora, capitão da fortaleza de Baçaim, reuniu, para lhe dar combate, perto de seiscentos portugueses em que entravam cinquenta cavaleiros, agrupando-os em quatro capitánias, umas das quais, a da vanguarda, foi confiada a Fernão da Silva, comendador e alcaide-mór de Alpalhão, esclarece o historiador, para melhor identificação daquele. Postas a caminho, pararam as tropas para descansar e almoçar quando se en-

contravam já a meia légua de Bulão, onde os inimigos estavam. Estes, avisados pelos seus espiões, acometeram os portugueses de surpresa, com energia e tropas muito mais numerosas. E, escreve o cronista, «de todo estiveram os nossos perdidos, se Fernão da Silva, Alcaide-mór de Alpalhão, que estava na dianteira, não tivera o pêsso dos inimigos, que lhes não deram lugar a se armar; e assim com muito ânimo e valor, com alguns poucos que o acompanharam, teve todo aquele encontro até chegar António de Soto-maior, que o ajudou, achando-se já Fernão da Silva ferido numa perna e êle fazendo tudo o que se esperava de seu grande valor e esforço».

Esta batalha terminou com a vitória dos portugueses, tendo, em consequência dela, o Bramelucio abandonado as terras de Baçaim.

A Fernão da Silva, comendador e alcaide-mór de Alpalhão, se refere ainda Diogo do Couto em vários passos da

tugueses desbarataram a poderosa armada de Cotiale, combate a que também se alude no canto X, estancia 59.ª do mesmo poema.

Mas não é só pelo seu comendador e alcaide-mór que a vila de Alpalhão se acha ligada á epopeia gloriosa da Índia. Lá militaram também Francisco de Andrade de Almeida, filho de Nuno de Andrade Leitão, Manoel Mendes, filho de Gonçalo Fernandes Ramos, e Manoel Migães, filho de Cristovão Gonçalves, os quais foram feitos escudeiros-fidalgos por alvarás, respectivamente de 12-2-1643, de 16-3-1655 e 16-3-1657, com obrigação de partirem para a Índia, o que efectivamente fizeram, sendo lá armados cavaleiros. Deles nos dá notícia o Dr. Possidonio L. Coelho, in *Arquivo Transtagano*, n.º 1.º.

Serviram também na Índia, não como soldados, mas como missionários, os Padres Manoel Dias, tio, e Manoel Dias, sobrinho, ambos naturais de Alpalhão.

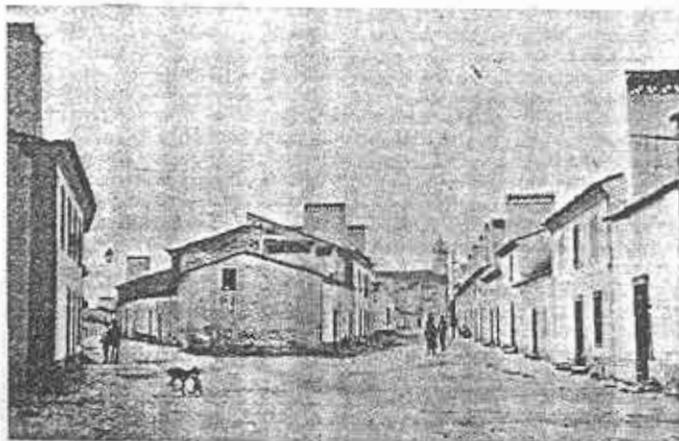
O primeiro entrou com dezasseis anos de idade, no colégio da Companhia de Jesus em Évora a 30 de Dezembro de 1576 e partiu para a Índia em 1585, tendo a nau *S. Tiago*, que o transportava, sofrido, entre a Ilha de S. Lourenço e as costas de Sofala, o célebre naufrágio que se acha narrado na *História Trágico-Marítima*. Depois de muitos sofrimentos, conseguiu o Padre Manoel Dias chegar á Índia onde se ordenou de presbítero, iniciando então a sua vida de missionário e, transferido para a China em 1601, missionou durante muito tempo em Nanquim. Foi Superior da residência de Taná e Chaul na Índia, e, por duas vezes, Reitor do Colégio de Macau onde faleceu a 20 de Julho de 1639, ocupando então o alto cargo de Visitador da Companhia no Japão e China. Escreveu as *cartas onunas* de 1625 e de 1629, pelas quais é considerado um notável orientalista. Tocchi Venturi na *Opere storiche del P. M. Ricci*, vol. II, pág. LVII, chama-lhe «insigne colaborador e continuador da obra de Ricci», o que é extremamente honroso Padre Ricci, italiano, que estudou em Coimbra de 1577 a 1578, ter sido proclamado como o primeiro Sinólogo, no quarto congresso internacional dos Orientalistas celebrado em Florença no ano de 1879.

O Padre Manuel Dias, sobrinho do antecedente, entrou no Colégio da Com-



Dr. João Filipe
Médico Veterinário

4.ª e 5.ª Décadas. Daí se vê que êle também tomou parte no ataque e destruição da cidade de Batecalá a que se refere Camões nos *Lusiadas*, canto X, estancia 66.ª, e no combate naval em que os por-



Uma rua de Alpalhão

panhia em Évora a 19 de Janeiro de 1608, com dezassete anos, e partiu para a Índia em 1614. Foi reitor e professor de filosofia e teologia no Colégio de Cochim e, insigne cultor das matemáticas, a observou o cometa de 1618, escrevendo então um *Tratado sobre os cometas*. Morreu em 13 de Novembro de 1630, ao empreender o descobrimento e exploração do Tibet.

Uma outra ilustre individualidade que serviu na Índia e a quem o seu contemporâneo Padre Luiz Cardoso a pág. 354 do 1.º vol. do seu *Dicionário Geográfico*, publicado em 1747, dá como natural de Alpalhão, foi o doutor Cristovão Luiz de Andrade, magistrado distintíssimo que, começando por exercer o cargo de Juiz de Fôra em Monforte, de que tomou posse em 23 de Dezembro de 1701, ascendeu ás elevadas funções de Desembargador do Paço, Conselheiro de Estado e Chanceler da Relação de Gôa por carta régia de 24 de Março de 1720, tendo feito parte do Governo da Índia desde 13 de Novembro de 1723, a 28 de Outubro de 1725.

A extinção do Concelho

Desde a concessão do foral de D. Afonso Henriques, constituiu a vila de Alpalhão um concelho independente. Em 13 de Outubro de 1512 foi-lhe dado novo foral por D. Manoel I, que então procedera á reforma de todos os forais do reino, dele encarregando Fernão de Pina.

O concelho de Alpalhão foi extinto por decreto de 3 de Agosto de 1853, publicado no Diário do Governo n.º 244, de 17 de Outubro desse ano, e referendado pelo então Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, «político hábil, cínico e astuto, a quem os contemporâneos chamavam a Raposa», diz Mendes dos Remédios a pág. 579 da sua *História da Literatura Portuguesa*, 3.ª edição.

As razões da extinção constantes do relatório que prende o decreto, são tão vagas e imprecisas, que bem se vê ter êle obedecido a mero capricho ou retaliação pessoal de políticos e não a sérios motivos de administração pública. Nem doutro modo se compreende que, quando da grande reorganização administrativa decretada em 6 de Novembro de 1836, que reduziu a 351 o número dos concelhos, suprimindo 466 dos 817 que existiam, e que obedeceu ás indicações do interesse público, fôsse mantido o concelho de Alpalhão, e, decorridas menos de dezassete anos, fôsse promulgado um decreto especial, suprimindo-o.

Há muitos anos ouvimos a uma pessoa de nossa família que hoje, se viva fôsse, teria noventa e oito anos, e que, portanto, ao tempo da extinção do concelho contava já dezassete anos, relacionar tal extinção com certo facto ocorrido nesse tempo. Fôra o caso que, realizando-se em Alpalhão a procissão dos Passos, certo individuo fôra prêso pela autoridade local por ter atravessado a referida procissão, parece que montado num cavalo. O homem, que devia ter influência política em Portalegre, fez logo o protesto de promover a extinção do concelho, e... conseguiu-o. A aproximação das datas em que os factos se passaram, corrobora esta tradição. Com

efeito, do já referido relatório resulta que a extinção foi decretada em vista da consulta da Junta Geral do distrito de Portalegre, de 18 de Março de 1853 e por informação e proposta do respectivo Governador Civil em Concelho de Distrito. Ora, a Páscoa desse ano caiu a 27 de Março, tendo-se portanto, realizado a referida procissão dos Passos em 13 do mesmo mês (quinto domingo da quaresma) e, portanto, poucos dias antes daquela Consulta da Junta Geral.

Ao Conselho de Alpalhão pertenciam, á data da extinção, as freguezias de Tolosa e Gafete, a primeira das quaes, conjuntamente com a de Alpalhão, foi anexada ao concelho de Nisa, sendo a de Gafete ao concelho do Crato. A freguezia de Alpalhão foi, por decreto de 26 de Setembro de 1895, separada do concelho de Nisa e anexada ao do Crato,



António Temudo Sequeira
Presidente da Junta de Freguesia

mas voltou novamente ao de Nisa por decreto de 13 de Janeiro de 1898 e a êle pertence actualmente.

Quando concelho independente, Alpalhão pertenceu, primeiramente, á antiga comarca de Portalegre e presentemente faz parte da comarca de Nisa.

Se o concelho de Alpalhão ainda hoje existisse, a população de residência habitual das suas três freguezias, séde, Tolosa e Gafete, á face do censo de 1930, seria de 5.815 habitantes, e, portanto, muito superior á população que pelo mesmo censo, tem os concelhos de Alvito, Barrancos, Constancia, Mantigas, Mourão, S. João da Madeira e Fronteira, devendo notar-se que a população dêste último aumentou recentemente com a anexação da freguezia de Cabeço de Vide posterior aquele censo.

Dioceses a que a vila pertenceu

Sob o ponto de vista eclesiástico, a vila de Alpalhão pertenceu á diocese da Guarda até que, a pedido de D. João III, e pela bula do Papa Paulo III, *Pro excellenti apostolice sedis*, de 21 de Agosto de 1549, que se encontra transcrita a pág. 888 e seguintes do tomo 3.º, parte 1.º, da *História da Igreja em Portugal* por Fortunato de Almeida, foi

criada a diocese de Portalegre, sendo então, pela mesma bula, desanexadas da diocese da Guarda, em favor da nova diocese, as povoações de Alpalhão (Nisa, Amieira, Vila Flor, Tolosa, Montalvão, Castelo de Vide, Portalegre, Crato, Alter do Chão e outros).

Já em 1278 se tinha celebrado entre o bispo da Guarda e o de Évora uma concordata que se acha no livro original do cartório do Cabido de Évora, segundo refere o Dr. Mota e Moura na sua citada *Memória Histórica*, parte 1.ª, pág. 25, concordata pela qual ficaram pertencendo á diocese da Guarda, entre outras povoações, Alpalhão, Nisa, Montalvão, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre.

Pouco tempo depois, em 1295, entre os comendadores dos Templários, D. João Fernandes e D. Gonçalo Gonçalves, e o bispo da Guarda D. Fr. João, celebrou-se a concordata já atrás referida acêrca dos direitos episcopais sobre Alpalhão, Nisa e Montalvão.

Da breve crónica dada no aludido *Cadastro da população do reino*, de 1527, a respeito de Alpalhão, consta que «as sisas e têrças do concelho e a mais renda é do comendador, da qual tem o bispo da Guarda o quinto dos dízimos e dêste quinto tem o cabido o têrço».

Por ter a vila de Alpalhão como donatária a Ordem de Cristo, era o seu pároco, até á extinção das ordens religiosas em 1834, Vigário e professo dessa Ordem, e tinha coadjutor, também professo da mesma ordem, recebendo aquele de renda dois moios de trigo, cinquenta e dois almudes de vinho e seis mil reis em dinheiro, como tudo refere o Padre Luiz Cardoso, na obra citada.

Alpalhanenses ilustres

Muitos têm sido, atravez dos tempos, os filhos da vila de Alpalhão que, pelos seus merecimentos, tem occupado situações culminantes em diversos aspectos da vida social. Para só falar dos mortos, são dignos de menção, além dos já referidos, os seguintes:

Estêvão Luiz, Cônego da Sé de Portalegre: em 12 de Abril de 1611 renunciou ao canonicato, como consta de fôlhas 116, verso, dum antigo livro do Cabido daquela cidade, onde estão emitidos os estatutos do mesmo Cabido, feitos por D. Julião de Alva, primeiro bispo da diocese.

Padre Gregório Luiz, sobrinho do antecedente: entrou no noviciado da Companhia de Jesus em Évora a 9 de Março de 1610. Foi professor de teologia moral no colégio da Ilha de S. Miguel, reitor dos colégios de Angra e de Elvas, e mestre de noviços em Évora. Faleceu em Lisboa a 3 de Junho de 1660, deixando em manuscrito as seguintes obras: — *Tratados vários espirituais; Vida da venerável Sôr Violante da Ascensão, e Vida do Padre Luiz Alvares*, que foi grande orador sagrado, «um novo S. Paulo», na frase do Papa Pio V, e que faleceu em 1590, parece que envenenado pelos judeus.

Dom Diogo Luiz, da Companhia de Jesus, na qual ingressou em 15 de Maio de 1602. Foi professor de filosofia em Coimbra e de teologia em Évora, em cuja Universidade se doutorou. Foi também Cônego da Sé de Portalegre, como resulta de fôlhas 84 dum livro do Ca-

bido, de 1634, onde se acha um assento assinado por diferentes cônegos, sendo um deles Diogo Luiz. Em 1641 foi nomeado por D. João IV bispo do Japão, mas nunca chegou a ser confirmado pela Santa Sé, em razão das dificuldades que a Espanha fez surgir entre a Santa Sé e o novo rei de Portugal após o movimento restauracionista de 1640. Faleceu no colégio de Évora em 1649.

Dr. João Correia Peixoto, freire professor da Ordem de Cristo, doutor em Canones: ocupou o alto cargo de Prototatário apostólico e foi grande orador sagrado. Publicou em Coimbra, no ano de 1657, a oração fúnebre que proferiu em Dezembro de 1656 nas exéquias de D. João IV, mandados celebrar pela Insigne Colegiada de Ourem.

Padre Braz de Andrade, da Companhia de Jesus, na qual ingressou a 2 de Dezembro de 1726. Foi professor de retórica, gramática, humanidades, filosofia e teologia moral, tendo sido também reitor do colégio de Setúbal. Depois da expulsão da Companhia pela lei pomalina de 3 de Setembro de 1759, foi para a Itália, falecendo em 2 de Junho de 1772 na vila de Ruffinella, com setenta e um anos de idade.

Dr. Tomaz Luiz Ferreira: foi desembargador do Paço. A ele se refere o Padre Luis Cardoso na sua citada obra, como sendo natural de Alpalhão. Cônego Manuel José Alves, pároco da Sé de Portalegre e, anteriormente, das freguesias de S. Julião de Portalegre, e S. Salvador da Aramenha: foi cônego honorário da Sé de Bragança, nomeado pelo bispo desta cidade, Carvalho Martins, que depois foi também bispo de Portalegre, e que lhe dispensava muita amizade e consideração. Faleceu em Dezembro de 1878 e foi distinto orador sagrado, sendo notável principalmente nos sermões patéticos, como os que se proferem pela Semana Santa.

Dr. António Martins Machado, bacharel formado em Teologia pela Universi-

dade de Coimbra; concluída a sua formação em 1897, fixou residência em Portalegre em cujo Seminário foi professor de literatura portuguesa e de teologia dogmática geral. Foi nomeado Cônego capitular da Sé da mesma cidade, tendo tomado posse do canonicato em 1 de Dezembro de 1907. Nasceu a 22 de Junho de 1868 e faleceu em Portalegre onde foi sepultado a 27 de Março de 1915.

Médico-veterinário João Filipe: concluindo o seu curso em 1887, foi pouco depois nomeado intendente da pecuária do distrito de Castelo Branco, onde fez importantes estudos sobre as raças domésticas da região. Mais tarde foi transferido para o distrito de Coimbra e nesta cidade exerceu também o cargo de professor de zoologia e de zootecnia na Escola Nacional da Agricultura, com notável proficiência. De 1913 a 1917 foi director da Caudelaria da Fonte Boa, e em 1918 foi nomeado chefe da Divisão do Ensino Escolar da Direcção Geral do Ensino e Fomento do Ministério da Agricultura. Também por vezes serviu interinamente de Director Geral do Ensino e Fomento e de Secretário Geral daquele Ministério. Os seus trabalhos foram oficialmente louvados em diversas portarias. Faleceu em Lisboa a 2 de Novembro de 1928, com sessenta e oito anos de idade.

Dr. António Mourato Temudo, bacharel formado em Teologia pela Universidade de Coimbra: foi cônego capitular da Sé de Faro, professor de hermenêutica e teologia no Seminário da mesma cidade e, em 1911, quando do desterro do bispo do Algarve, D. António Barbosa Leão, ficou governando o bispado. Foi também presidente da Junta Geral e professor interino do Liceu de Faro. Em Outubro de 1911 foi para o Brasil, onde parouquiu diversas freguesias, regressando a Portugal em Agosto de 1919. Faleceu em Fronteira a 30 de Outubro de 1931, com cinquenta e oito anos. Em Portugal parouquiu as freguesias de Vila do Rei, Gafete e Monte da Pedra, e Aviz, antes de ser nomeado cônego, e, pouco depois de haver regressado do Brasil, parouquiu, durante sete anos, Fronteira, onde foi Presidente da Câmara Municipal e solicitador de provisão.

Dr. José Alves Sequeira: formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1911, sendo nesse mesmo ano nomeado Conservador do Registo Civil de Portalegre onde também exerceu com distinção a advocacia. Por ter falecido, pouco tempo exerceu aquele cargo.

Foram também naturais de Alpalhão o Conselheiro José de Andrade Sequeira (1838-1895), Dom Prior de Santa Maria de Guimarães, o Conservador João Augusto Caldeira Rebôlo (1854-1926), os Conselheiros Joaquim José de Andrade Sequeira (1848-1923) e Jerónimo José de Andrade Sequeira (1851-1923), aos quais não fazemos mais larga referência porque no *Album Alentejano* a que este trabalho se destina, foi encarregado de escrever acerca deles o sr. Cônego Fran-



Joaquim Lopes Subtil

Benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão, antigo Administrador do Concelho de Nisa, antigo Presidente do Senado Municipal do mesmo concelho, e alpalhanense dedicado à sua terra

cisco de Andrade Sequeira, nosso illustre patricio.

Na Igreja matriz de Alpalhão está sepultado o dr. Francisco Morato Roma, que foi médico da Casa Real e do Santo Officio de Lisboa. Tal facto levou alguns a supor que ele fôsse natural de Alpalhão.

A verdade, porém, é que ele era natural de Castelo de Vide, como consta da sua matrícula universitária em Coimbra, onde aliás figura apenas com o nome de Francisco Morato. Explica-se que fôsse sepultado em Alpalhão por ser cavaleiro da Ordem de Cristo a cujo Mestrado esta vila pertencia. Da causa sepulcral consta ter falecido em 11 de Janeiro de 1670.

Também não era natural de Alpalhão o professor José Xavier Abelho, distinto latinista, mas nesta terra viveu muitas dezenas de anos, até 29 de Janeiro de 1896, data da sua morte, mantendo um colégio onde ensinava primeiras letras e humanidades a estudantes da vila e de outras terras, algumas muito distantes, sendo assim o continuador das tradições do Vigário-Mendonça, (Padre João de Mendonça Salgueiro) que parouquiu Alpalhão desde 1834 a 1853, e ensinava humanidades a alunos da terra e de fora. Na casa onde faleceu o professor Abelho, foi colocada em 1899 uma lápide comemorativa, e à respectiva rua foi dado o seu nome.

Muito mais tínhamos que dizer acerca da vila de Alpalhão, terra da nossa naturalidade e que muito prezamos; mas o limitado espaço de que dispomos no *Album Alentejano* forçou-nos a resumir o nosso trabalho. Um dia, se Deus nos der vida e saúde, publicaremos estudo de maior tomo sobre a nossa querida terra, que é também a dos nossos maiores.



João Augusto Caldeira Rebôlo
Comendador

Dr. Francisco da Graça Miguens

Entre as figuras ilustres da vila de Nisa nos últimos tempos, ocupa lugar primacial, pelo acentuado relevo da sua personalidade intelectual e moral, o Dr. Francisco da Graça Miguens. Filho de Braz Miguens Beato e de sua mulher D. Maria da Cruz, nasceu naquela vila em 2 de Abril de 1854. Feito o exame de instrução primária quando contava dez anos de idade, iniciou logo na sua terra natal o estudo das línguas francesa e latina com óptimo aproveitamento. Teve então, como professor de francês, eu padrinho de baptismo, o dr. Francisco Deniz Beato Gomes, nisenense ilustre, que durante muitos anos foi pároco da freguezia de Nossa Senhora da Graça de Nisa e advogado nos auditórios da comarca, e, como professores de latim, successivamente, os Padres António da Estrela Figueiredo, José da Graça Semedo Ribeirinho e João António da Silva, o segundo dos quais foi um exímio latinista que em Nisa, donde era natural, exerceu o magistério por longos anos.

Em Outubro de 1867 foi o moço estudante em Santarém cursar o iccu, onde foi sempre um aluno distinto, obtendo louvor em diversas disciplinas e terminando o curso em Julho de 1871 com menção honrosa. De tal modo ele se afirmava já então como um seguro valor mental, que, certo dia, nas vésperas de deixar Santarém, encontrando-se com o Padre Augusto Eduardo Nunes, ao tempo professor do Seminário daquela cidade, e que mais tarde foi lente da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e Arcebispo de Évora, como este lhe perguntasse qual o curso superior que tencionava seguir, e ele respondesse que iria para Coimbra cursar Medicina, aquele lhe replicou, com entusiasmo: — «Venha para Teologia, que a Igreja precisa de colunas fortes!»

Anos depois, Augusto Eduardo Nunes, ao doutorar-se, oferecia ao Dr. Francisco Miguens, com uma dedicatória honrosa para este, a sua tese de doutoramento: *Ecclesiae catholicae munus sociale*.

Em Outubro de 1871 fôra o Dr. Francisco Miguens para Coimbra, a fim de cursar as Faculdades de Filosofia e de Medicina. Na primeira destas Faculdades, cujos três primeiros anos constituíam preparatórios da de Medicina, obteve distinções e *accessits* em diversas cadeiras, concluindo nela a formatura em 1876, com a informação final de dezasseis valores.

Na Faculdade de Medicina, que começou a cursar em Outubro de 1874, obteve em cada um dos cinco anos a classificação de *Prémio*, concluindo a formatura em Julho de 1879 com a informação final de dezoito valores. Convidado a preparar-se para ingressar no corpo docente desta Faculdade logo que houvesse vaga, voltou o Dr. Francisco Miguens a Coimbra em Outubro de 1879 para trabalhos de doutoramento, tendo feito o seu acto de licenciatura em Junho de 1880. Como nessa ocasião estivesse vago em Nisa um partido de facultativo municipal para que foi convidado, e porque, por outro lado, só mais tarde teria vaga na Faculdade de Medicina, resolveu concorrer a esse partido, sendo nele pro-

vido em 11 de Agosto de 1880, pelo que não voltou em Outubro seguinte a Coimbra para, durante o ano, defender teses de doutoramento.

Em Fevereiro de 1884 abre-se uma vaga na Faculdade de Medicina de Coimbra por falecimento do lente Dr. Augusto Filipe Simões. Era a altura de o Dr. Francisco Miguens pensar na cátedra. Mas nos três anos e meio que haviam decorrido após a sua licenciatura, e durante os quais exercera a clínica na vila de Nisa e arredores, prendera-se tanto à sua terra e à sua família, que preferiu ficar no remanso do torrão pátrio, junto dos seus familiares e dos seus amigos que era tóda a gente de Nisa, vivendo a vida humilde e singela da sua terra que tão bem se casava com a sua natural modestia, a ir para a vida complicada dum meio universitário em busca da fortuna e dos louros da glória



Dr. Francisco da Graça Miguens

que Minerva fartamente lhe prodigalisaria. Por isso, quando o Dr. Luiz Pereira de Costa lhe escreveu, perguntando-lhe se se preparava para concorrer à vaga deixada pelo Dr. Filipe Simões, pois, em caso afirmativo, ele, Dr. Pereira de Costa, não concorreria, — o Dr. Francisco Miguens respondeu-lhe que tinha posto completamente de parte a ideia da cátedra e por isso não concorria. Em vista disto, foi aquele seu colega, após concurso, provido na referida vaga.

Nos primeiros anos da sua clínica em Nisa, publicou o Dr. Francisco Miguens diversos artigos, sobre assuntos médicos na revista de Coimbra *O Instituto*, onde também foi publicada a sua tese de licenciatura, que versou sobre cremação de cadáveres.

Durante trinta e quatro anos, — desde 1880 até 1914, ano em que se aposentou, — prestou o Dr. Francisco Miguens, como facultativo municipal, os mais assinalados serviços à sua terra. Exerceu a sua profissão como um verdadeiro sacerdócio. Ante os doentes, a extrema bondade do seu coração não lhe consentia que fôsse só o clínico, frio e sêco, observando, diagnosticando e prescrevendo. Era também o amigo, o filantropo, com a sua inteligência e a sua sensibilidade, colaborando num mesmo sen-

tido, fazendo do caso clínico quasi um caso pessoal, tal o interesse e o zelo que punha no tratamento dos seus doentes. Humanisando a clínica, fazendo da medicina uma ciência e uma arte, praticando-a como uma obra de caridade, sabia levar, sempre solícito, com os seus socorros clínicos, a palavra de conforto e alívio que infunde esperança e levanta energias.

Carácter sem jaça que tinha, no mais alto grau, o culto da virtude, nos trilhões ásperos da vida só conheceu um caminho — o do Bem. Por isso, em volta do seu nome houve sempre ecos de estima e veneração. E quando, em 1910, a sua vida de sexagenário correu perigo por uma grave operação cirúrgica a que teve de submeter-se em Coimbra, foi com intenso júbilo, com flores e vivas, em merecida apoteose, que a sua terra, numa tarde quente de Julho, o recebeu na hora magnífica do seu regresso, são e salvo, à casa modesta onde nasceu, onde viveu e morreu. Tinha-mo-lo acompanhado, com os estudantes Fraústio Basso e Jaime de Almeida, de regresso a férias, desde Coimbra até à sua terra, e por isso testemunhamos, não só a emocionante alegria com que era aguardado na estação de caminho de ferro de Rodam por muitas das pessoas que constituíam o escol da sociedade nisenense, mas também a entusiástica e festiva recepção que o povo e as autoridades lhe fizeram. Esse preito de gratidão e estima constituiu uma verdadeira consagração em vida, talvez única nos fastos da vila de Nisa, que foi completada pela homenagem que lhe prestou também nessa ocasião a Câmara Municipal, dando o seu nome a uma das ruas da vida e colocando o seu retrato, como o de um benemérito e inclito cidadão, no salão nobre dos Paços do Conselho.

A natural modéstia do Dr. Francisco Miguens levou-o, porém, a solicitar, com insistência, junto da Câmara, que o seu retrato fôsse retirado daquele salão. E era tal o incômodo de espirito que o seu insistente pedido revelava, que a Câmara, contrariada, e sómente para o tranquilisar, satisfex-lhe a vontade, retirando o retrato, tendo porém o gesto nobre de lho oferecer. Esse retrato que deve estar em poder dos herdeiros do Dr. Francisco Miguens, justo é que torne ao lugar a que foi destinado, ao salão nobre dos Paços do Concelho, agora que, sem poder já servir os sentimentos de modéstia do homenageado, só traduzirá a veneração e o respeito que a sua memória merece.

E justo é também que tenha realização a magnífica ideia do professor José Francisco Figueiredo, de se erigir em lugar público o busto do ilustre nisenense. No esplêndido jardim da vila de Nisa, entre as flores, obra prima da Natureza, símbolo de suprema beleza, como ficaria bem o busto em bronze do Dr. Francisco Miguens, a perpetuar aos vindouros essa admirável lição de espírito cívico e de beleza moral que foi a sua vida.

Faleceu o Dr. Francisco Miguens, com setenta e nove anos, no estado de solteira, em 10 de Outubro de 1933, por

JULIO BASSO

Eis um nome, que foi o de al-
guem nesta boa-terra de Portugal.
Alguem que ainda hoje, quasi dez
anos após a sua morte, é recordado
com saudade.

Já, por mais de uma vez, as cir-
cunstancias me impuzeram falar
de Julio Basso, e de novo o faço—
embora lamentando que outrem
mais competente não me substi-
tuisse no encargo,—porque me é
sempre muito grato honrar quem
tão distintamente sobressaiu entre
os notários do seu tempo.

Houve quem o supuzesse vai-
doso. Se é vaidade saber-se quanto
se vale, ser-se brioso e pundono-
roso, ser-se intransigente com a
hipocrisia e a mentira, essa vaidade
teve-a, e ainda bem, Julio Basso.
Ainda bem, digo, porque ela define
o cidadão perfeito, porque nos
mostra o que deve ser o homem de
bem.

Mas, quem convivesse com êle,
não lhe encontrava nada que se pa-
recesse com a vaidade que irrita
ou ofende. Ao contrário, palavras,
gestos e atitudes eram sempre dum
modestia atraente, encantadora.
Lia-se-lhe nos olhos pequenos, mas
alegres e buliçosos, a bondade da
sua alma pura.

Motivos de ordem particular, fi-
zeram que Julio Basso destinado á
carreira médica, deixasse os estu-
dos da Escola Politecnica—onde
cursava os preparatórios indispen-
sáveis—e resolvesse entrar no qua-
dro da administração judicial.
Obteve em 1881 o lugar de escri-
vão-tabelião em Niza, e, no exer-
cício das respectivas funções, re-

velou-se a par de um excelente ci-
dadão, um funcionário admirável.
E, contudo, a escrivania não o ca-
tivava, dada a subalternidade prop-
ria do cargo. O notariado é que
era o seu encanto, pela indepen-

va de ser um verdadeiro jurispe-
rito: erudito, criterioso e inteli-
gente.

Foi êle, e só êle quem contri-
buiu directa e imediatamente para
a vulgarização e estudo do no-
tariado moderno, dando a conhe-
cer a sua rica literatura.

Ao tempo, apenas se sabia da
existencia do *Parfait Notaire*, do
Dictionnaire du Notariat, e de
pouco mais. A ciência notarial
havia cristalizado nestas antiqua-
das obras.

Na propaganda que tão intensa-
mente se fez na imprensa para a
substituição do velho tabelião pe-
lo actual notariado, em bases di-
gnas da instituição, Julio Basso
foi o mais audaz, o mais hábil, o
mais convincente. Os seus escri-
tos impunham-se pela beleza da
forma e pela luminosidade das
ideias.

Relacionei-me com Julio Basso
em 1894, e até á sua morte, em
1925, se mantiveram essas rela-
ções, com amizade e dedicação de
parte a parte, e por mim dia a dia
cada vez mais apreciadas.

As suas virtudes e talentos eram
sem duvida notáveis. E foi certa-
mente por sua grandeza moral, e
por seu valor intelectual, que o
Município de Niza o consagrou,
dando o seu nome á rua dessa vila,
onde êle teve a sua residência, ho-
menagem tão justa e tão bem ca-
bida, como a que um dia lhe há-de
tributar o notariado português quan-
do a História atentar bem na figura
de Julio Basso.

Tavares de Carvalho



Julio Basso

dencia condizente com o seu ca-
racter.

Lutou quando lhe foi possível
para se desprender do cargo ju-
dicial e ficar sendo apenas notario,
como bem merecia, não o conse-
guindo.

Os seus merecimentos, porém,
impuzeram-no como o *primus in-
ter pares*. Antes, só o famoso Bar-
radas, de Lisboa, tivera a honra
de ser como tal considerado pela
classe. Era naturalmente um nota-
rio perfeito.

Não tinha o curso de Direito,
é certo, mas nem por isso deixa-

volta das quinze horas, sepultando-se
no dia imediato, cêrca do meio-dia, no
cemitério da sua terra natal. O seu fu-
neral, singelo e modesto como êle fôra
em vida, constituiu uma profunda mani-
festação de mágnica colectiva, incorpo-
rando-se nele, a par da multidão dos seus
conterrâneos, as associações nisesenses e
as crianças das escolas, acompanhadas
dos seus professores. A' beira da sepul-
tura foi traçado o perfil moral e inte-
lectual do extinto, com sentidas pala-
vras de pesar, pelo referido professor
J. F. Figueiredo, o qual depois as tras-
ladou para o necrológio que publicou nos
Brados do Alentejo, semanário de Es-
tremoz, de 22 do referido mês de Ou-
tubro.

Não deixou o Dr. Francisco Miguens
descendentes, mas foi, por assim dizer,
o fundador duma dinastia de médicos
distintos, constituída pelo seu irmão
mais novo, Dr. Henrique Beato Deniz
Miguens, também já falecido, que em
1914 lhe sucedera como facultativo mu-

nicipal de Nisa, para onde fôra transfe-
rido de idéntico lugar que exercera em
Alpalhão desde 1904, e por seu sobrinho
Dr. José Beato Caldeira Miguens, for-
mado em medicina pela Universidade de
Genève, e que no Congo Belga con-
quistou, pelos seus méritos, a alta situa-
ção de médico-inspector. Foi ainda o
Dr. Francisco Miguens, como irmão
mais velho, o orientador de seus irmãos
Luiz da Graça Miguens, já falecido, que
foi secretário da Administração do Con-
celho de Nisa, Joaquim da Cruz Miguens,
também falecido, que ocupou o cargo
de secretário da Câmara Municipal do
mesmo Concelho, funcionário distintí-
simo que anotou com proficiência o Có-
digo Administrativo de 1895, e capitão
José Beato Deniz Miguens, único sob-
revivente.

O último acto de benemerência do
Dr. Francisco Miguens foi o legado de
12.000\$00 em favor da Santa Casa da
Misericórdia de Nisa, cuja mesa admi-
nistrativa resolveu, dias depois do fale-

cimento do benemérito, como homena-
gem de gratidão, dar o seu nome a uma
das enfermarias do respectivo hospital,
colocando nela o retrato do homena-
geado.

...E aqui deixamos, a largos traços,
esboçada a biografia d'êste inclito ni-
senses com o qual, nos últimos oito anos
da sua vida, mantivemos o mais estreito
convívio, estabelecido e intensificado
por afinidades de família. Quantas ve-
zes recordamos, saudosos, aquelas demo-
radas horas que, no remanso do seu ga-
binete de trabalho, passámos em ame-
níssimas conversas que êle sempre sabia
tornar interessantes, sobre os mais va-
riados assuntos! Quantas vezes, através
dessas palestras de acaso, tivemos oca-
sião de aquilatar as suas belas virtudes
morais e o prazer intellectual que êle
sentia ao falar das coisas elevadas do
espírito!...

Janeiro, 1935

JOAQUIM DIAS LOUÇAO

A Obra da Camara Municipal de Niza



Dr. José Frausto Basso

Melhoramentos públicos principais efectuados no concelho de Niza desde 28 de Maio de 1926:

- 1.º — Instalação da iluminação electrica na sede do concelho;
- 2.º — Aquisição de um edificio para instalação de serviços municipais;
- 3.º — Ampliação do cemitério municipal;
- 4.º — Captação e canalisação de águas potáveis na sede do concelho;
- 5.º — Captação e canalisação de águas potáveis na vila e freguesia de Alpalhão;
- 6.º — Construção de 1.100 metros lineares de canalisação de esgotos na sede do concelho;
- 7.º — Construção de um jardim municipal na sede do concelho;
- 8.º — Conclusão da nova cadeia comarcã;
- 9.º — Instalação da rede telefónica na vila de Niza e de cabines e postos telefónicos nas vilas de Alpalhão, Montalvão, Tolosa e Arês;
- 10.º — Reparação de calçadas em diferentes freguesias e de várias estradas e caminhos municipais;
- 11.º — Organização dos Serviços Municipalizados de Electricidade e Águas Canalizadas;
- 12.º — Criação de 11 novos lugares de professor primário, dos quais se encontram já 5 em funcionamento; dos restantes seis encontram-se 4 completamente instalados e mobilados e sómente aguardam nomeação dos respectivos professores para entrarem em funcionamento;
- 13.º — Aquisição de material escolar para várias escolas do concelho;
- 14.º — Criação de um Posto Policial na sede do concelho;
- 15.º — Criação de um lugar de Inspector Municipal de Sanidade Pecuária;
- 16.º — Construção de 10.550 metros de estradas municipais (terraplanagens, obras de arte e empedramento);
- 17.º — Construção de 8.600 metros de estradas municipais (terraplanagens e obras de arte);
- 18.º — Grande reparação de 3.880 metros de estradas municipais;

- 19.º — Grande reparação de 10.270 metros quadrados de calçadas na sede do concelho;
- 20.º — Grande reparação de 9.500 metros quadrados da calçada na vila de Alpalhão;
- 21.º — Grande reparação de 3.941 metros quadrados de calçadas na vila de Amieira;
- 22.º — Reparação de vários edificios escolares.

Estes melhoramentos foram realizados durante as gerências das Comissões Administrativas presididas pelos Ex.^{mas} Snrs. Dr. Francisco Mourato Pelequito e Tenente António Falcão e durante a gerência da actual Comissão Administrativa.



Tenente António Falcão

Grande amigo de Niza. Quando Preside da Camara produziu gr. ndes melhoramentos entre os quais a transformação da Praça da República

PRINCIPAIS OBRAS MUNICIPAIS EM PLENA REALISAÇÃO

- 1.º — Grande reparação de 2.600 metros quadrados de calçadas na vila de Arês;
- 2.º — Grande reparação de 3.200 metros quadrados de calçadas na vila de Tolosa;
- 3.º — Empedramento de 600 metros correntes (3.º troço) da estrada municipal n.º 2;
- 4.º — Empedramento de 2.500 metros correntes (último troço) da estrada municipal n.º 5;
- 5.º — Empedramento de 2.500 metros correntes da estrada municipal n.º 6;
- 6.º — Grande reparação de outros caminhos municipais;
- 7.º — Electrificação das vilas de Alpalhão e Arês;
- 8.º — Nova iluminação electrica no Jardim Municipal da sede do concelho;
- 9.º — Estudo de novas captações de água potável na sede do concelho.

PRINCIPAIS OBRAS MUNICIPAIS QUE DEVEM SER INICIADAS NO PRESENTE ANO ECONÓMICO

- 1.º — Construção de 900 metros (último troço) da estrada municipal n.º 2;
- 2.º — Grande reparação de calçadas na vila de Montalvão;
- 3.º — Grande reparação de calçadas na vila de Amieira;
- 4.º — Construção de um novo cemitério na povoação de Cacheiro;
- 5.º — Construção de um grande aqueduto com a secção de 1,20 X 1 metro e com a extensão aproximada de 500 metros, na vila de Niza;
- 6.º — Reparação, ampliação e conclusão de edificios escolares;
- 7.º — Abastecimento de águas potáveis em várias freguesias.

MAPA DAS COMPARTIÇAÇÕES DO ESTADO (Melhoramentos rurais e Fundo do Desemprego) concedidas e pagas durante a gerência da actual Comissão Administrativa:

Anos	Comparticipações	
	Concedidas	Pagas
1932-1933.....	41.510\$50	30.291\$62
1933-1934.....	296.461\$52	59.871\$99
1934-1935.....	281.923\$35	358.635\$31
1936	121.221\$19	83.296\$77
Somas...	741.116\$56	532.095\$69

Notas — A importância correspondente à diferença entre o valor total das e o valor total das compartidas participações concedidas e pagas (209.020\$87) refere-se a obras em plena realisação e a obras já realizadas e ainda não pagas.

Niza, 25 de Julho de 1936
O Presidente da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Niza,

José Augusto Frausto Basso



Francisco Ribeirinho

A L A P I S...

No limiar do Alentejo

Está Niza situada na orla da «planície heroica», a três léguas da Beira e pouco mais de Espanha.

Reclinada numa suave colina, tem todas as características duma povoação alentejana do que muito se orgulha. Muito branca, bastante populosa, dispõe bem o viajante nortenho que pretenda conhecer o Alentejo, essa terra de lenda e de heróis que muitos, por desconhecimento, tão injustamente apreciam.

No limiar da planura, fica-lhe ao norte, esfumando-se no horizonte,

zias. A mais antiga está sob o orago da padroeira da vila: Nossa Senhora da Graça. Cingida pelas suas vetustas muralhas tisnadas pelos séculos, é de arruamentos estreitos, de praças acanhadas.

Aqui e ali algumas portas ogivais de antiga construção e que, a pouco e pouco, vão sendo destruídas numa ansia de progresso incompreendido.

Duas velhas torres sobressaem do aglomerado do casario: a do Canto do Adrião e a de Montalvão que vê a seus pés desmantelar-se o arco do mesmo nome que, em tempos, foi uma das entradas para o recinto amuralhado. Já a chamada Porta da Vila está em muito melhor estado de conservação, emprestando certa beleza ao Largo da Porta da Vila. Este já faz parte da outra freguezia: a do Espírito Santo. De construção bem mais recente, ainda hoje é chamada Arrabalde. Com uma maior superfície que a freguezia antiga, tem ruas extensas e largos desafogados. O Rossio principalmente é bastante vasto. E' nele que fica o Jardim Municipal, lindo como poucos do nosso Alentejo, e que constitui como que a «sala de visitas» da povoação que o nizenso mostra com orgulho ao forasteiro.

E' por esta freguezia do Espírito Santo que a vila tende a alargar-se,

de ano para ano, duma maneira bastante apreciável. A causa dêste aumento reside no facto do nizenso ao contrair matrimónio ambicionar viver em casa sua. Como aqui os casamentos sejam fartos em oferendas — trigo principalmente — e a noiva possua um enxoval, por vezes bastante valioso, que andou pacientemente trabalhando desde criança, tudo se converte em dinheiro. Mandá-se então construir a almejada casa, modesta e pequena embora, mas muito sua. E, assim, Niza vai aumentando, modernizando-se ao mesmo tempo.

Possui um elegante teatro, uma bem construída praça de toiros, algumas associações de beneficência e de recreio. Tem também água canalizada para abastecimento público e particular, uma rede telefónica, sendo já há alguns anos que o precioso caudal da ribeira do seu nome, transformado pela Hidro-electrica Alto Alentejo em energia electrica, lhe vem fornecendo iluminação.

Havendo nizenso inteligentes, activos e empreendedores oxalá que muito em breve êsses formem um grupo de iniciativa e turismo para que Niza, já linda e próspera hoje, venha amanhã a sê-lo muito mais.

B. CARVALHO ALBERTO



B. Carvalho Alberto

a magestosa orogenia beirá: serra do Moradal, da Guardunha, da Estrêla, escalões colossais que vêm morrer na «charneca em flor».

Para o sul vê desenrolar-se a planície infinda, árida para o nortenho, plena de encantos e poesia para o alentejano.

O viajante que, do norte, traz impressa na retina paisagens de terrenos montanhosos, já aqui pode espreguiçar a vista pela planura ora verdejante ora dourada donde emerge, aqui e ali, a brancura dos montes, já pode deleitar o ouvido com o folclore regional, dolente e melancólico, com que se suavisa a dura faina nos campos.

Niza divide-se em duas fregue-



NIZA — Vista panorâmica da Praça da República



NIZA



Câmara

Sindicato



EDITAL

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Nisa, faz saber que neste concelho se realizam as seguintes feiras, mercados e romarias:

NISA

Feiras: 10 de Janeiro, 2.º Domingo de Junho e 9 e 10 de Outubro.

Mercados: 2.º e 4.º Domingos de cada mês.

Romarias: A tradicional festividade de Nossa Senhora da Graça, na 2.ª feira de Pascoa, no sitio de Nisa-a-Velha. A tradicional festividade de Nossa Senhora dos Prazeres, na 2.ª feira de Pascoela, no indicado sitio de Nisa-a-Velha.

ALPALHÃO

Feiras: 1.º Domingo de Abril e 15 de Julho.

Mercados: 1.º Domingo de cada mês.

Romarias: A tradicional romaria da Senhora da Redonda, na 2.ª feira de Pascoa.

AMIEIRA

Romarias: De Nossa Senhora da Sanguinheira, no 2.º Domingo de Setembro.

ARÊS

Feiras: 1.º Domingo de Agosto, coincidindo com a tradicional festividade de Santo António.

MONTALVÃO

Romarias: A tradicional romaria de Nossa Senhora dos Remédios, no dia 8 de Setembro.

Para constar se passou o seguinte edital.

NISA, 7 de Outubro de 1932.

O Presidente da Comissão Administrativa

José Augusto Frausto Basso

Sindicato Agrícola de Niza

MAQUINAS
ALFAIAS E FERRAGENS AGRICOLAS
ADUBOS. INSECTICIDAS. VACINAS.
TRANSAÇÕES DOS PRODUTOS
AGRICOLAS DOS ASSOCIADOS.
INFORMAÇÕES

Telefone 21 21, Praça da Republica **NIZA**

Praça de Touros



Propriedade
da Empresa
Tauromaquica
Nisense, Ltd.





NIZA



Comércio e Indústria



HOTEL CORREIA

PROPRIETARIO: FERNANDO DA CRUZ CORREIA

N I Z A

PENSÃO CENTRAL

de D.ª Antónia Henriques da Silva & Filhos

ESMERADO SERVIÇO

Boas comodidades — Preços módicos

N I Z A

CERVEJARIA CENTRAL

DR

António Maria Alberto

Especialidades em

Vinhos, Licôres e Cervejas

CABINE TELEFÓNICA N.º 2

Largo Serpa Pinto, 30 — NIZA

SILVESTRE DA COSTA

OFICINA DE FUNILEIRO

Armazem de folha de Flândres, estanho, zinco, chumbo, arcos, arames, metais, etc.

AUTOMÓVEL DE ALUGUER

Vidros em chapa, tintas e óleos — Pulverizadores GOBET, VERMOREL e torpilhas

N I Z A

PANIFICADORA DE NIZA

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ESMERADO FABRICO MECANICO

ENDEREÇO TELEGRÁFICO

PANIFICADORA NIZA

CRATO

N I Z A

TELEFONE 23

NIZA

SÉDE EM CRATO

Jornal do meio dia

Todos os alentejanos

o devem assinar

Calçada do Combro, 32-1.ª — LISBOA

J. P. MENDES

COMPLETO SORTIDO DE
MERCEARIAS, PAPELARIA E MIUDEZAS

Louças esmaltadas e de alumínio

Largo Serpa Pinto, 17 — NIZA

E. REMEXIDO & IRMÃOS

Lagar de azeite pelos processos
mais perfeitos

N I Z A

Luiz do Rosário Matias

(FILHOS)

Oficina de Carpintaria e Marcenaria

— Especialidade em calções fúnebres —

Praça da República — NIZA

João de Oliveira Figueiredo

COM

Oficina de Sapataria

Encarrega-se de todos os trabalhos pertencentes à sua arte.

Largo da Serpa Pinto — NIZA

José Lourenço Passão

COM

OFICINA DE SAPATARIA

COMPLETO SORTIDO DE CALÇADO

37, R. Dr. Francisco Miguens, 39

N I Z A

Emilio Diniz da Silva

Automovel de aluguer

Praça do Município, 13

N I Z A

João Emilio Figueiredo

Casa fundada em 1881

Solas, cabedais e todos os artigos pertencentes à arte de sapateiro

Praça da República, 32 — NIZA

Antal Vieira & Genro

Queijos, lãs
produtos agrícolas

N I Z A

Fabrica de Moageme de Cerais,

Lagar de Azeite e Padaria

Sucursal de venda de pão

— na Praça da República —

Ribeirinho, Serralha & Moreno, Ltd.

Alto Alentejo — NIZA TELEFONE 14 Largo da Cabine Electrica



NIZA

Comércio e Indústria



COLEGIO DE NIZA

Aprovado pelo Ministério de Instrução Pública

Externato para o sexo masculino

Habilitação ao Curso Geral dos Liceus

Professores: José Barros de Gouveia

Licenciado em Geografia-Histórica

Alexandre Carvalho Costa

Licenciado em Filologia Clássica

José Ferreira Marques

Licenciado em Físico-Química

Director: João Gouveia Telo Gonçalves

Licenciado em Geografia-Histórica

FRAUSTO BASSO

ADVOGADO

Telefone 9

NIZA

Carlos Bento Pestana

Advogado e Conservador do Registo Predial

NIZA

Telefone N.º 10

Vinca de José d'Oliveira Ramos

Loja de fazendas e mercearias
Sortido em chapéus de lã e feltro e diversos artigos—Venda de sal por atacado e a retalho

Rua Julio Basso e Praça da República—NIZA

Oficina de Calçado — de —

Dionizio da Piedade Cebola & Filho
Rua Dr. Francisco G. Miguens 12

Toma-se conta de todos as obras desde o mais fino ao mais modesto
Elegancia, rapidez, bom acabamento, p. aq. se em competencia

NIZA

Antonio J. Corrente

OURIVES

Sortido de artigos de ouro, prata e relógios

Niza

Joaquim Mendes Lopes

Mercearias e artigos diversos

Rua Alexandre Herculano

NIZA

João Maria Grave

Depositar dos tabacos da "TABA-QUEIRA" e das melhores fábricas nacionais de alpargatas

Estabelecimento de ferragens, miudezas, vidros, drogas e mercearias, etc.

Rua 31 de Janeiro. 17 e 19 NIZA

Jeronimo Pires Barreto

ARTIGOS ELECTRICOS

Sub-agente da Vacuum Oil Company

Rua Julio Basso, 61

NIZA

NOVA SAPATARIA NIZENSE

ULTIMOS MODELOS

Grande sortimento em calçado de luxo e em todos os géneros

Fazem-se medidas e consertos
Trocás só se fazem no prazo de 15 dias

José Diniz da Piedade Cebola
5, Largo 5 de Outubro, 6 - NIZA

Dr. Antonio Granjo

MEDICO MUNICIPAL

CLINICA GERAL

NIZA

J. Caldeira Miguens

Conservador do Registo Civil e Advogado

NIZA

Joés Dias da Silva Pais

Farmacéutico

PERFUMARIAS

Productos químicos e farmacéuticos
Especialidades nacionais e estrangeiras

NIZA

João Catarino Sebastião

MERCEARIA MIUDEZAS E SAL

R. Professor Padre José Ribetinho, n.º 10

NIZA

Cartilha Colonial

HISTÓRIA E COLONIZAÇÃO
PREÇO 5500

Pedidos a PEDRO MURALHA
Calçada do Combro, 52, 1.º - LISBOA

Dr. A. Gagliardini Graça

Médico-Cirurgião

FACULTATIVO MUNICIPAL

Clinica Geral - Cirurgia - Partos

Doenças da Bóca e Dentes

Consultas no Hospital às 11 horas

NIZA

José Lopes Chambel

Advogado

Niza

Dr. João Augusto Garcia

Medico-Veterinario

NIZA

CENTRO COMERCIAL de

João da Cruz Rosa

Salsicharia, Merceria e Miudezas

Completo sortido de papelaria e generos alimenticios de 1.ª qualidade
Tornas de esmalte e aluminio, fabrico especial em carnes fumadas, premiadas na

EXPOSIÇÃO DISTRITAL

Largo Serpa Pinto, 18, 19 e 20 - Telef. Cabine 2 NIZA

Isabel Araujo, Filho Suc. José Araujo Batista

Fazendas, Miudezas, Chapelaria e Louças

127 - Praça da República - 128

Telef. n.º NIZA



ALPALHÃO



Comércio e Industria



EDITAL

A Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Alpalhão, faz saber que nesta freguesia se realisam as seguintes feiras, mercados e romarias:

Feiras: 1.º domingo de Abril e 15 de Julho.

Mercados: 1.º domingo de cada mês.

Romarias: S: Sebastião, 1.º domingo depois de 19 de Janeiro; Nossa Senhora da Redonda, segunda-feira de Pascoa.

Alpalhão, 8 de Outubro de 1932.

O presidente da Junta
António Temúdo Sequeira.

Francisco Duarte Balão

Negociante de cereais
Proprietario

ALPALHÃO

Alto Alentejo

José Manuel de Sousa Bagorro

AGRICULTOR

Produtos hortícolas

Vinhos, Azeites e Legumes

Quinta da Loba - ALPALHÃO

Mario Mendes Caldeira

BARBEARIA

Cortes de cabelo de senhoras

Alpalhão

Alto Alentejo

◀ PENSÃO ▶

António Morais Sequeira

COM DEPÓSITO DE VINHOS

ALPALHÃO

ALTO ALENTEJO

Armando Maia Bajinha

Com officina de sapatéto

*Encarrega-se de todos os trabalhos
relativos à sua arte*

ALPALHÃO

FARMACIA DE Mariana Correia da Silva

*Especialidades farmacêuticas
nacionais e estrangeiras
Aguas minerais*

ALPALHÃO

José Lopes Subtil

Produtor de azeite, cortiças
e cereais

ALPALHÃO — Alto Alentejo

Gregorio Temúdo Ganatario

OFICINA DE CARROS

*Encarrega-se de todos
os trabalhos da sua arte.*

ALPALHÃO

ESTANCIA DE MADEIRAS

RUA DA CRUZ

Alpalhão

Alto Alentejo

Dr. António Amaro Caldeira Caneles

Produtor de azeite

ALPALHÃO

Alto Alentejo

Gregorio de Andrade Rato

COM OFICINA DE FERREIRO

*Encarrega-se de todos os trabalhos
concernentes à sua arte*

ALPALHÃO

António José de Andrade Sequeira

Produtor de azeites e cereais

ALPALHÃO

Alto Alentejo

Matias de Andrade Sequeira

*Produtor de cereais e azeites
Creador de gado*

ALPALHÃO

Antonio Fernandes Rato

*Produtor de cereais, azeites,
e legumes*

Alpalhão

Alto Alentejo

António Sequeira Fialho

*Negociante de Palhas de trigo,
centeio e feno*

Alpalhão — Alto Alentejo

José Maria Caldeira

COMERCIANTE

ALPALHÃO

Manuel da Costa Saboeiro

*Comerciante e negociante
de Carnes e Cereais do
Alentejo, à comissão e con-
ta propria e depósito de
Tabacos*

ALPALHÃO

Manuel Lopes Rijo

Mercearias e Vinhos

Rua do Castelo

ALPALHÃO

Dr. Gregório d'Oliveira Casquilho

Médico e proprietário

ALPALHÃO — Alto Alentejo



Alpalhão-Tolosa Comércio e Indústria



Jeronimo Temudo Alfaia

Lagar de azeito



Produtor de Cereais



ALPALHÃO — Alto Alentejo

Francisco Mendes Baginha

Estabelecimento de Fazendas, Mercarias, Miudezas e diversos artigos

DEPOSITO DE TABACOS E FOSFOROS

LAGAR DE AZEITE A VAPOR

ALPALHÃO

ALFAIATARIA
Antonio Joaquina Pereira

CONFECCIONAM-SE FATOS
PELOS ULTIMOS FIGURINOS

ALPALHÃO

Antonio José Mourato Louro

PROPRIETARIO

ALPALHÃO — Alto Alentejo

José Maia Caldeira Junior

SAL, MERCEARIAS, LOUÇAS, VIDROS E CARNES DE PORCO
ALTO ALENTEJO
ALPALHÃO

ANTONIO ALFAIA NÁBO

Mercearias, Louças, Miudezas e Vinhos
OFICINA DE SAPATEIRO
ALPALHÃO — Alto Alentejo

Amelio Mendes Maia
Machinas "Singer" e Lanificios

ALPALHÃO

ASSINA O

Jornal do meio dia

Calç. do Combro, 32 - 1.º = LISBOA

José dos Anjos de Bastos

Fazendas de algodão e chapéus

Mercearias, Vinhos e Carnes de Porco

ALPALHÃO — Alto Alentejo

Fazendas, Solas e Cabedães

JOÃO TEMUDO MOURATO
Alpalhão

A Prôa de Sagres

Ultimo trabalho de Pedro Muralha

Pedidos a **Jornal do Meio dia**

Calç. do Combro, 32-1.º-Lisboa

Fernando Duarte Mourato
COMERCIANTE

Especialidade em carnes fumadas

BARBEARIA

ALPALHÃO

FREGUEZIA DE TOLOSA (Concelho de NIZA)
JUNTA DE FREGUEZIA

Presidente: — **José Matias Ramalhete**

Vogal: — **João Alves Pires da Silva**

Vogal: — **João Belo Vieira**

João Francisco Cesário

BARBEARIA, MERCEARIA E VINHOS

Rua da Igreja

TOLOSA

João Alves Pires da Silva

Padaria, Salsicharia, Fazendas, Miudezas, etc.

Estrada de Gáfete

TOLOSA

JOSÉ MATIAS RAMALHETE

SÓLA, CABEDAL, FAZENDA, MIUDEZAS, ETC.

RUA NOVA

TOLOSA

Manoel Joaquim Calado

FAZENDAS, MERCEARIAS, FERRAGENS E TINTAS

LARGO DA PRAÇA

TOLOSA

Francisco Frederico

Mercearias, Dinhos e Miudezas

Rua de Abrantes

TOLOSA

Manoel André

CANTEIRO

Encarrega-se de todos os trabalhos concernentes á sua arte



Estrada de Gáfete — TOLOSA



Amieira-Montalvão

Comércio e Indústria



Lagar Social de Amieira, L.^{da}

Fabrico de azeite pelos processos modernos

AMIEIRA - ALTO ALENTEJO

CLINICA GERAL

DR. ANTÓNIO DONATO JUNIOR
MEDICO

AMIEIRA

Alto Alentejo

LUIZ DA SILVA BARATA

Fazendas, mercearias, drogas e ferragens
FOTÓGRAFO

AMIEIRA

Alto Alentejo

RASQUILHO RIBEIRINHO & RAPOSO

Esmerado fabrico de azeite — Aparelho de debulha de cereais

..... Responde-se a qualquer consulta que nos façam

Amieira

Niza

Francisco Semedo & Filhos

OLEIRO
Fábrica de Telha, Cantaria e Utensílios
de Cozinha

AMIEIRA

Alto Alentejo

ANTÓNIO ROSA AMARO

MERCEARIAS, LOUÇAS E MIUDEZAS
Preços Módcos

AMIEIRA

Alto Alentejo

João Fernandes Terezo

Mercearias e Vinhos
ESPECIALIDADE EM CARNES FUMADAS
Densão confortável

AMIEIRA

Alto Alentejo

Amado Martins Pereira & Irmãos

Encarrega-se de todos os trabalhos
da sua arte

AMIEIRA

Alto Alentejo

JOSÉ JOAQUIM NOVAIS

ESTABELECIMENTO
DE
FAZENDAS, MERCEARIAS, LOUÇAS
E MIUDEZAS

AMIEIRA

Alto Alentejo

Terras de Africa

POR PEDRO MURALHA

2 volumes 40\$00

Pedidos a

Calç. do Combro, 32, 1.º — LI^{BOA}

JOÃO ANTÓNIO RIBEIRO

FAZENDAS
MERCEARIAS

MIUDEZAS
TABACOS

AMIEIRA

Alto Alentejo

SILVÉRIO ALVES

COMERCIANTE
AZEITES, CEREAIS
— E CORTIÇAS —

AMIEIRA

Alto Alentejo

JOAQUIM D. PATRÍCIO

Ferreiro e Serralheiro

NIZA

Monte Claro

Victor da Graça Patrício

COM
ESTABELECIMENTO DE VINHOS
MERCEARIA
E CARROS DE ALUGUER
MONTE CLARO NIZA

FRANCISCO RIBEIRINHO

Niza

Monte Claro

LAGAR DE AZETE

Freguesia de S. Matias

Feira Anual de Arnez — EDITAL

Faz-se publico que todos os anos no primeiro
domingo de Agosto se realisa a importante feira
Franca desta vila.

E para constar se passou o presente edital.
Arnez, 10 de Outubro de 1932.

O Presidente da Junta de Freguesia
(A) Tobias Dias Nunes

Francisco José Correia

Estabelecimento de mercearias, fazendas
e cereais

NIZA

Arnez

Cooperativa Agrícola

Montalvão

Dr. Carita Remexido

MEDICO

Clinica geral

MONTALVÃO